

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGE**



Mateus Silva da Rosa

**ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO
AGROECOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FEIRA DA ARPASUL -
PELOTAS/RS**

Rio Grande, 2019.

Mateus Silva da Rosa

**ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO
AGROECOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FEIRA DA ARPASUL -
PELOTAS/RS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração:

Análise Urbano-Regional

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Jussara Mantelli

Rio Grande, 2019.

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a Dr^a Jussara Mantelli – Orientadora
PPGGeo /FURG**

**Prof^a Dr^a Carmem Rejane Pacheco Porto
ICHI/FURG -SLS.**

**Prof^a Dr^a Maria Regina Caetano Costa
ICH/UFPEL**

**Prof Dr Éder Jardel da Silva Dutra – Suplente
PPGeo/FURG**

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, para quem eu dedico toda a minha vida e realização e para à minha família, eles que sempre acreditaram em mim.

À minha companheira Sheila, obrigado por estar ao meu lado nesta aventura e naquelas que ainda virão.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Professora Jussara Mantelli, pela confiança, paciência e dedicação, além dos ensinamentos de vida. Agradeço pela grande amizade, por estar sempre disposta a me ajudar e pelos conselhos nos momentos difíceis. Muito obrigado por tudo.

A todos os meus colegas do Laboratório do ARCA, em especial, Camila, Éder, Fabiano e Queli, grande amiga e parceira de jornada. Agradeço por todos os conselhos e amizades. Amigos que levarei para toda a vida.

Aos meus colegas de mestrado, pelas angústias, conhecimentos e ideias compartilhadas.

Aos professores da UFPEL que me incentivaram a enfrentar esse processo, Liz Dias, Tiaraju, em especial às Professoras Maria Regina e Giancarla pela motivação e confiança, antes e durante o período do Mestrado.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação da FURG e, a todos os Professores colaboradores que contribuíram especialmente nessa caminhada.

Aos entrevistados durante a realização da pesquisa, agricultores agroecológicos e famílias de associados na Associação ARPASUL, pela disponibilidade, atenção e solicitude com que me atenderam em todas as ocasiões em que os procurei.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa concedida. Sem esse auxílio não seria possível a realização dessa jornada.

“O Liberalismo não tem respostas imediatas para os maiores problemas que enfrentamos: o colapso ecológico e a disrupção tecnológica”

(Yuval Noah Harari)

“Eu sou o que me cerca. Se eu não preservar o que me cerca, eu não me preservo”

(José Ortega y Gasset)

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender a organização da produção e comercialização dos produtores agroecológicos que comercializam seus produtos na Feira da ARPASUL, em Pelotas, com o intuito de estabelecer correlações entre a prática evidenciada dos sujeitos e as suas perspectivas neste segmento de produção. Para atingir os objetivos, seguimos a fundamentação teórica abordada em livros, teses, sites, dissertações, artigos e documentos referentes à temática. Para um melhor entendimento da proposta de pesquisa foi realizado um estudo de caso com os feirantes que comercializam seus produtos na feira da ARPASUL. Os procedimentos centraram-se na análise qualitativa, a partir de 11 entrevistas realizadas. Os resultados foram interpretados sob uma análise reflexiva, visando expressar as diferentes opiniões e concepções dos entrevistados, permitindo reconhecer o perfil das famílias envolvidas nas atividades, desde a produção até a comercialização. Vimos que a maioria dos agricultores já possui experiência no modelo de produção de base agroecológica e identificamos o uso de técnicas modernas na produção, bem como uma adequação da produção voltada para as expectativas e demandas do consumidor. Também destacamos a importância da associação e do cooperativismo em todas as etapas do processo. Por fim salientamos alguns aspectos quanto aos desafios e as perspectivas neste segmento de produção, destacando que as famílias envolvidas se encontram organizadas, revelando-se sujeitos ativos e decisivos em praticamente todos os processos de decisões e ainda, vislumbrando perspectivas favoráveis.

Palavras-Chave: Agroecologia. Produção. Comercialização. Associação. Feira.

ABSTRACT

The present research aimed to understand the organization of the production and commercialization of the agroecological producers who commercialize their products at the ARPASUL Fair in Pelotas, with the purpose of establishing correlations between the evidenced practice of the subjects and their perspectives in this segment of production. In order to reach the objectives, we follow the theoretical foundation approached in books, theses, sites, dissertations, articles and documents referring to the theme. For a better understanding of the research proposal, a case study was carried out with the marketers who market their products at the ARPASUL fair. The procedures focused on the qualitative analysis, based on 11 interviews. The results were interpreted under a reflexive analysis, aiming to express the different opinions and conceptions of the interviewees, allowing to recognize the profile of the families involved on the activities, in the stages of production and commercialization. We have seen that most farmers already have experience in the agroecological-based production model and have identified the use of modern techniques in production as well as a production adequacy geared to consumer expectations and demands. We also highlight the importance of the association and the cooperative movement at all stages of the process. Finally, we highlight some aspects regarding the challenges and perspectives in this production segment, noting that the families involved are organized, becoming active and decisive subjects in virtually all decision-making processes, and also seeing favorable perspectives.

Keywords: Agroecology. Production. Commercialization. Association. Fair.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais iniciativas com enfoque agroecológico e produção orgânica nas políticas públicas (1985-2002).....	40
Quadro 2 – Principais leis e decretos relacionados ao enfoque agroecológico e à produção orgânica nas políticas públicas (2003-2010)	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Ilustrativo de Pelotas com localização da Feira da ARPASUL.....	54
Figura 2 – Mapa dos municípios de participação da Associação ARPASUL	57
Figura 3 – Imagens de sistemas de produção agroecológica em algumas propriedades agrícolas de associados pertencentes à ARPASUL.....	67
Figura 4 – Imagens da Comercialização na Feira da ARPASUL	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABC – Agricultura de Baixo Carbono
- ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- Abio - Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
- ACAR - Associações de Crédito Assistência Rural
- AGRUCO – Universidade Agroecológica de Cochabamba
- APLs – Arranjos Produtivos Locais
- ARPASUL – Associação dos Pequenos Agricultores Agroecologistas da Região Sul
- AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia
- CAI – Complexo Agroindustrial
- CAISAN – Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional
- CAPA – Centro de Apoio e Promoção à Agroecologia
- CAVG – Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça
- Ciapo – Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
- CIT – Centros de Informação e Assistência Toxicológica
- Cnapo – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- EFASUL – Escola Familiar Agrícola do Sul
- EMATER – Associação de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
- Embrater - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- Faperj – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
- FEE – Fundação de Economia e Estatística
- Fepagro – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
- Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
- FURG – Universidade Federal do Rio Grande
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
- Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- OAC – Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica
- OCS – Organização de Controle Social

ONGs – Organizações não Governamentais
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAE – Plano de Ação e Emergência
PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo
PDA – Programa de Desenvolvimento Associativo
Pesagro-Rio – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PGPM-Bio – Política de Garantia de Preços. Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade
PGTA's – Planos de Gestão Territorial e Ambiental
PLANAPO- Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PLANSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO- Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER
PNATER- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROINF – Projetos de Infraestrutura e Serviços dos Territórios
PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
RESEX – Reservas Extrativistas
RS – Rio Grande do Sul
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional – SAN
SINITOX – Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SisOrg – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SUS – Sistema Único de Saúde
TIRFAA – Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A AGRICULTURA NO BRASIL	17
2.1 O processo de modernização da agricultura no Brasil	19
2.1.1 Histórico de ocupação do Rio Grande do Sul	23
2.2 Agricultura Familiar no Brasil	27
2.2.1 Agricultura Familiar No Rio Grande do Sul	29
3 REFLEXÕES SOBRE A AGROECOLOGIA	32
3.1 Agroecologia: Aspectos conceituais	34
3.2 Políticas públicas no fortalecimento de experiências agroecológicas no Brasil ..	39
4 ASPECTOS DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO DA FEIRA DA ARPASUL DO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	53
4.1 Contexto histórico do município de pelotas e caracterização da Associação ARPASUL	53
4.1.1 Caracterização da associação ARPASUL	56
4.2 Perfil das famílias estudadas pertencentes a associação	60
4.3 Aspectos ligados à produção dentre os entrevistados	65
4.4 Aspectos ligados à comercialização dentre os entrevistados	73
4.5 Principais desafios ligados à produção agroecológica	78
4.6 Perspectivas dentro da produção agroecológica	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICE A - Roteiro para entrevista – Agricultores ARPASUL	94
APÊNDICE B - Roteiro para entrevista – Presidente ARPASUL	95

1 INTRODUÇÃO

A realidade socioambiental no século XXI nos revela um momento confuso; embora vivamos em um mundo de evoluções técnicas e científicas, muitos sinais já indicam que devemos de alguma forma refletir sobre as diferentes questões ético-ambientais que emergem atualmente. Dentro dessa discussão o segmento da produção agrícola sem dúvida revela uma extensa gama de preocupações recorrentes, pois se apresenta com relevância no que tange aos diversos estudos relacionados sobre os impactos dessa prática na sociedade em geral. Assim, destacamos a produção agrícola e os diferentes processos que envolvem este assunto como centralidade deste estudo, referenciando uma abordagem crítica aos problemas causados a partir dessa prática e apresentando de certa forma uma visão que destaque algumas abordagens alternativas, sob a minimização de seus impactos.

A ideia central desta pesquisa é apresentar a importância relacionada a agroecologia¹, ciência em construção, que emergiu como abordagem conceitual através dos movimentos alternativos de agricultura, sob uma forma de contraposição ao modelo vigente preconizado pela agricultura convencional², implementado pós segunda guerra mundial, que sob o status de modernização, envolveu a inserção de uma série de aparatos tecnológicos, combinado com a utilização de produtos químicos e mais recentemente as modificações genéticas.

Muito embora seja complexo indicar uma verdade sobre o que é correto ou não no sentido de julgar as diferentes formas de produção, torna-se importante ressaltar que mesmo a agricultura convencional, mesmo reunindo inúmeras teses e

¹ Para Miguel A. Altieri (1989), Agroecologia é a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. Para Stephen R. Gliessman (2001), o enfoque agroecológico corresponde a aplicação dos conceitos e princípios da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis. Eduardo Sevilla Guzmán (2016) aborda um enfoque de desenvolvimento rural quando afirma que a Agroecologia constitui o campo do conhecimento que promove o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, deste modo, restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica.

² A Agricultura Convencional é considerada como resultado da 'Segunda Revolução Agrícola', que consolidou o padrão produtivo 'Químico, Motomecânico e Genético'. Este padrão intensificou-se após a Segunda Guerra Mundial, culminando, na década de 1970, com a chamada 'Revolução Verde' (Ehlers, 1999. p.45).

argumentos favoráveis, apresenta também algumas ambivalências no que diz respeito aos impactos que promove, desde os problemas causados pela sua necessidade de expansão territorial, quanto os derivados das externalidades ocasionadas pela utilização dos agroquímicos, e aquelas relativas à lógica de patentes. A Agroecologia de outra forma promove, além de uma minimização quanto a essas externalidades, a segurança alimentar, pois como indicaram Cassol e Schneider (2015) no âmbito de estudos rurais, as discussões em torno da alimentação que ganharam impulso a partir da consolidação do processo de globalização da produção e distribuição de alimentos, passaram a impulsionar a problemática sociológica dos alimentos, como (1) as questões de saúde pública (desnutrição e obesidade), (2) os problemas ambientais decorrentes da produção de alimentos (poluição e contaminação com agroquímicos) e (3) a opulência do consumo e o conseqüente desperdício de alimentos. Essa noção estabelece as bases da discussão sobre a discussão da segurança alimentar³.

Frente a isso, esse trabalho visou destacar a emergência de experiências práticas em agricultura, que relevam essa abordagem preocupada em garantir a saúde dos seres vivos em geral, sobre as premissas da Agroecologia, que será contextualizada no decorrer do trabalho. Assim escolheu-se como objeto de estudo a Associação ARPASUL – Associação dos Pequenos Agricultores Agroecologistas da Região Sul que começou a se formar no início da década de 90, atuando na promoção, prática e comercialização da agricultura de base ecológica, tendo em sua rede de influência produtores que abrangem uma comercialização nos municípios de Pelotas e Canguçu, com produtores localizados nos municípios de Pelotas, Canguçu, Morro Redondo, São Lourenço do Sul, Arroio do Padre.

Dessa forma, destacamos como essa visão ocorre na realidade da produção agrícola, considerando como ela se materializa no espaço e sobre quais prerrogativas atua, mais precisamente sobre as práticas atribuídas a esse escopo conceitual.

Nesse caso, o estudo destaca a produção e a comercialização agroecológica como tema norteador, mais precisamente a experiência em associação, que tem como sede e ponto principal de comercialização a feira realizada todos os sábados no município de Pelotas/RS, local onde se realiza o comércio dos produtos, além das

³ Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (CONSEA, 2014).

reuniões de articulação da associação. O município então, se revela como palco principal para as reflexões e indagações sobre a prática desse modelo alternativo. A fim de evidenciar uma indagação à pesquisa, parte-se da seguinte questão: Como atuam e de que forma persistem os agentes que promovem a agroecologia no município e região? Assim reconhecemos a atual dinâmica da produção agroecológica a partir dessas experiências concretizadas através da associação.

Com base na proposta deste estudo partimos de um objetivo principal: *Compreender a dinâmica e a lógica de organização da produção e da comercialização agroecológica, sob o intuito de estabelecer correlações entre a prática evidenciada dos seus sujeitos e as suas perspectivas dentro desse segmento de produção.* Partindo desse objetivo central consideram-se os seguintes objetivos específicos: 1. Identificar o perfil dos agricultores pertencentes à ARPASUL, sob o intuito de traçar algumas perspectivas sobre o segmento dessa atividade dentro das famílias estudadas. 2. Indicar algumas constatações sobre a importância do processo associativo para esse segmento de produção. 3. Discutir os processos de inserção e manutenção dos sujeitos pesquisados, na produção agroecológica. 4. Analisar as perspectivas futuras desse segmento de produção no município, no intuito de identificar seus desafios, limites e potencialidades.

A partir desses objetivos, a pesquisa delinea-se por meio de diferentes procedimentos metodológicos: Destaca-se inicialmente a fundamentação teórica abordada a partir da leitura de livros, teses, dissertações, artigos e documentos que abordam a temática referentes a agroecologia, visando à construção dos pilares teóricos que nortearam a pesquisa. Para um melhor entendimento referente à organização da produção de base agroecológica, foram realizadas entrevistas com roteiros semiestruturados com os produtores pertencentes à associação destacada, além de levantamentos através de bases cadastrais das entidades que fomentam a agroecologia no município e, em publicações relacionadas ao tema.

O período de desenvolvimento da pesquisa ocorreu dentre os anos de 2017 e 2018. Optou-se por delimitar como universo de análise o grupo de feirantes agroecológicos pertencentes à ARPASUL, pois estes atuam na comercialização no município de Pelotas e, sobre os preceitos conformados com a Agroecologia. Nessa linha de pensamento considera-se a Agroecologia como ciência capaz de conduzir o campo à outro paradigma de desenvolvimento, sobre um contexto de produção responsável com o meio ambiente e com a saúde humana, por isso, investigaram-se

os caminhos trilhados pelos agricultores, com o intuito de identificar formas de inserção no mercado que viabilize os seus projetos de vida.

Como estratégia principal de pesquisa utilizou-se o estudo de caso, que de acordo com Yin (2005, p. 32), apresenta-se como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” adequado quando “as circunstâncias são complexas e podem mudar, quando as condições que dizem respeito não foram encontradas antes, quando as situações são altamente politizadas e onde existem muitos interessados”. Ou como na visão de outros autores, enfatiza entendimentos contextuais, sem esquecer-se da representatividade (LLEWELLYN; NORTHCOTT, 2007), visando à compreensão da dinâmica do contexto real (EISENHARDT, 1989) e representando um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, permitindo o seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2007).

Os procedimentos de análise provenientes deste estudo de caso centraram-se em uma análise qualitativa, na medida em que se apresentam a descrição de alguns significados provenientes dos próprios entrevistados sobre diferentes perspectivas, além de que permitiu uma interação com o universo da pesquisa. De outra forma em alguma medida fornece bases quantitativas, pois revelam dados convenientes à objetividade e representatividade a partir dos números provenientes das entrevistas.

Diante disso, a entrevista guiada por um roteiro semiestruturado, aparece como o principal recurso pensado para a prática no campo, onde dessa forma pretende-se evidenciar a realidade empírica, revelando a base para as discussões apresentadas na pesquisa, além de possibilitar incorrer sobre transformações ocasionadas no espaço rural por meio da inserção da produção de base agroecológica no município até os dias atuais, pois consulta aos agentes que vivenciam este processo e são seus atuais protagonistas.

Utilizando-se desses recursos, o trabalho de campo foi realizado em duas etapas. Na primeira etapa a procura de dados e o aprofundamento, sobre a organização da produção agrícola familiar de base agroecológica, conhecer o funcionamento desse segmento de produção no município e entorno. A segunda etapa consistiu na realização das entrevistas semiestruturadas que, juntamente com a observação, possibilitaram a coleta dos dados para a obtenção das informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa. As entrevistas foram realizadas dentre

os meses de março a dezembro de 2018 diretamente nas feiras, sendo realizadas após, aproximadamente 10 visitas na feira da ARPASUL.

As entrevistas foram realizadas com o presidente da associação ARPASUL, pois este é um dos principais agentes promotores dessa atividade no município, além dos agricultores, que atuam diretamente da produção e na comercialização de base agroecológica no município. Dessa forma, foram realizadas 11 entrevistas, representando as famílias inseridas nesse segmento de produção. Os dados foram interpretados tratados sob uma análise reflexiva, visando expressar as diferentes opiniões e concepções apresentadas nas entrevistas sob a ótica dos participantes da associação.

Tal estudo se justifica sobre o intuito de destacar importância e relevância dessa articulação, reconhecendo o fluxo das trocas materiais e imateriais e tratando das possibilidades e restrições que perpassam sobre essas ações, também sob o intuito de promover essa categoria em tempo de crescimento do consumo de produtos orgânicos no Brasil e no mundo.

Referenciar tal recorte pode revelar conjuntamente, além de informações importantes sobre a temática agrária e urbana, destacadas pela relação entre as atividades agropecuárias desenvolvidas no município, também fornece uma visibilidade regional ligada a um centro econômico, nesse caso Pelotas, além de que trata da importância de se discutir o processo fundamental de desenvolvimento socioeconômico das famílias ligadas a esse processo, bem como demonstrar seus alcances e possibilidades de ação.

Ainda cabe ressaltar que, o levantamento de material sobre tal segmento, serve em muito sentido para auxiliar sobre questões políticas e acadêmicas, pois acaba fornecendo informações técnicas e científicas para catalogação de informações pertinentes para futuros estudos sobre os temas destacados. De outra forma também se espera, que se possam fixar alguns registros para a sociedade em geral, sobre o sentido do segmento de produção familiar, e da importância de conhecer o a abordagem da Agroecologia, seus agentes e como desempenham suas atividades.

A estrutura do trabalho encontra-se organizada em quatro capítulos, sendo o primeiro capítulo aqui apresentado a título introdutório, onde houve uma preocupação em apresentar o trabalho, sob o intuito de contextualizar e aproximar o leitor da temática apresentada, descrevendo as problemáticas tratadas no estudo, bem como

a justificativa para o seu desenvolvimento, além do caminho utilizado na pesquisa, e os objetivos pretendidos para tal realização.

No capítulo 2, afim de uma aproximação com os temas que permeiam a pesquisa, bem como as questões que servem como contextualização e aproximação sobre as temáticas presentes, destaca-se uma revisão de literatura, como descrição do processo de ocupação do território brasileiro, com destaque para o segmento da produção agrícola concomitante a esse processo de ocupação até a abordagem sobre o processo de modernização da agricultura brasileira, revelando assim o contexto histórico que permita a compreensão de todo o alicerce de evolução da política econômica brasileira, além das considerações sobre o surgimento dos assuntos principais tratados neste estudo. Também sob uma ênfase nesse processo, destaca-se a agricultura familiar, pela coexistência que obteve mediante esse processo destacado, até a sua devida aproximação sobre o sentido de produção agrícola referenciado como destaque no trabalho.

Na sequência, no capítulo 3, sob o intuito de contextualizar a concepção prática e teórica referente a temática principal do trabalho, se fez uma apresentação e resgate da construção do conceito de Agroecologia e suas premissas, revelando as relações que permeiam sobre esse conceito, prática e caminho construído.

No capítulo 4, tomou-se como base a análise e discussão dos dados recolhidos e apresentados a partir da pesquisa realizada junto aos entrevistados. Além disso, coube demonstrar a participação econômica e política dos agentes que atuam sobre a atual dinâmica e configuração dessa produção, partindo para análise e discussão frente a essa categoria, para revelar a perspectiva de ação política, por meio do poder normativo do Estado frente ao progresso e perspectivas econômicas e sociais.

Por fim, apresentamos algumas considerações finais referentes ao desenvolvimento da Agroecologia no município sob a perspectiva dos pequenos produtores que atuam sobre esses preceitos.

2 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A AGRICULTURA NO BRASIL

Falar da estrutura que influenciou o processo de fixação e evolução da agricultura no Brasil na história remonta ao processo de colonização. A agricultura no Brasil começou a desenvolver seus moldes já desde a chegada dos colonizadores no XV e XVI, pois a racionalidade inicial desses colonizadores como recurso econômico adveio do extrativismo firmado pelo pacto colonial, de onde foram fornecidas várias espécies de produtos naturais, como madeiras, para construção e tintura, tendo como destaque o pau-brasil. O ponto mais característico sobre uma formatação agrícola surge mais tarde, após a consolidação da coroa portuguesa no país. A origem pode-se dizer assim, é em forma de *plantation*⁴ viabilizado pelo repasse do direito de uso da terra por parte da Coroa Portuguesa através da já existente lei de sesmarias⁵, que tinha como objetivo a ocupação do espaço e a manutenção e controle político nacional.

Aqui cabe ressaltar a importância de se convocar ao assunto da agricultura desde o Brasil colônia, pois essas sesmarias constituíam-se em grandes extensões de terra, o que para vários pesquisadores acarreta no marco inicial do latifúndio brasileiro, além disso, como bem evidencia Graziano da Silva (1994) dessa formatação, surgiu à necessidade de exportação em grande escala e ainda, como havia escassez de mão de obra incentivou-se a manutenção do já existente tráfico de escravos da época.

Do século XVI até quase final do século XVII a produção açucareira foi o eixo econômico da economia, inclusive alterando e consolidando o processo de mão-de-

⁴ O *plantation* é um sistema de produção agrícola baseado na monocultura, que surgiu na Antiguidade. Os europeus espalharam este sistema pela América, África e Ásia a partir da colonização dos séculos XVI e XVII. Chegou ao Brasil no período colonial, sendo o sistema utilizado nos engenhos de açúcar do Nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII. Foi também utilizado nas fazendas de café do oeste paulista, na segunda metade do século XIX e início do XX. Foi viabilizado pelo repasse do direito de uso da terra por parte da Coroa Portuguesa através de sesmarias, de acordo com enlaces de confiança, conveniência e/ou interesse, tendo como objetivo a ocupação do espaço e a manutenção e controle do território político. (Vide Marmilicz, 2013).

⁵ Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a colonização estrangeira na forma que se declara. (Vide Decreto nº 1.318, de 30.1.1854 site planalto.gov)

obra nativa para a negra. Essa primeira fase do açúcar teve seu esgotamento por decorrência da descoberta do ouro brasileiro. Além do declínio das outras atividades desenvolvidas no Brasil, a repercussão da descoberta do metal ocasionou um movimento migratório inédito para o Brasil, alterando o perfil populacional, ocupando um lugar de destaque na história da colônia, porém tal atividade tão lucrativa, ao final do século XVIII já conhecia sua decadência.

A visão centrada sobre a agricultura é novamente referenciada após esse declínio do metal, sendo retomada a partir dos saldos e vantagens obtidas após a Revolução Industrial, derivadas das oportunidades que surgiam no mercado internacional. Fatores que propiciaram a expansão de suas mercadorias, em especial, o algodão e o açúcar, recuperando seu status, e evidenciando um renascimento agrícola do Brasil colônia. Outros produtos que fizeram parte deste ciclo foram o cacau, o café e o arroz com destaque no RS. O renascimento agrícola colonial foi marcado por superar a era da mineração, além de retomar sua importância e ser reconhecida como a razão de ser da produção agrícola no país (Lacerda, 2000).

A pressão exercida por uma elite já consolidada a partir dessas províncias crescia em prol de uma autonomia política, visto que a alta cobrança de impostos pela coroa portuguesa, além de suas restrições, aumentava a fundamentação para um controle econômico interno. Assim então sob esse controle das elites surgidas o país declara a independência da colônia, em 1822. A partir daí o país foi subdividido em novas províncias, derivando numa configuração do que viriam a ser os novos Estados, instituídos assim a partir do ato de proclamação da República, onde surge a adoção da palavra Estado, referida as porções de territórios já divididos. Com a segunda guerra mundial o Brasil estrategicamente desvinculou algumas áreas desses Estados, que mais tarde vieram a se tornar outros Estados. Após a Guerra o Brasil apresentava praticamente sua configuração atual, com algumas poucas modificações a partir da instituição de Brasília como capital.

Sobre a questão da produção agrícola, o país se configuraria através de um atraso estrutural, é o que compreende Lacerda et al (2000), onde de fato durante mais de três séculos de colonização da Coroa portuguesa, o Brasil não organizou de forma autônoma uma produção agrícola, e as vicissitudes que lhe são intrínsecas trazem até os dias atuais, suas cores estampadas nas contradições de uma forma capitalista que não consegue propiciar chances reais de ascensão social para a grande maioria da população.

Como vimos, na década de 1950 e a economia agrícola brasileira se encontrava, dividida basicamente três segmentos: a grande lavoura de exportação herdada da conquista portuguesa, com o café, cacau, cana-de-açúcar e também pecuária bovina, herança essa que conjuntamente com as ações extrativistas já evidenciariam problemas socioambientais; Criação extensiva de bovinos, desenvolvida em sua maioria em latifúndios, no sul destacavam-se as charqueadas; e “produção colonial” a dita produção de gêneros alimentícios, que abastecia o consumo interno e eram oferecidos pelos vendedores ambulantes ou vendida nas “casas coloniais”, no Norte e no Nordeste esse tipo de comércio era oferecido nas férias, prática ainda existente. A população brasileira era composta por pouco mais de 50 mil habitantes, dos quais 63,18% na zona rural. (Lacerda et al, 2000)

2.1 O processo de modernização da agricultura no Brasil

A modernização da agricultura brasileira pode ser pensada como, agricultura subordinada à indústria, como destacou com Graziano da Silva (1980), pois só deslanchou depois de assegurada a hegemonia do capital industrial. O autor destaca quatro etapas sob o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, as quais segundo ele próprio equivalem às etapas da industrialização brasileira, sendo o primeiro de 1850 a 1888, que vai da proibição do tráfico negreiro à abolição da escravatura; o segundo, de 1888 a 1933, ano em que se dá o auge dos reflexos da crise de 1929 sobre o setor cafeeiro; o terceiro período, de 1933 a 1955, fase em que o setor industrial vai se libertando gradativamente da dependência que mantinha, direta ou indiretamente, com o setor cafeeiro exportador; e o quarto período, de 1956 a 1967, que se inicia com a implantação de um bloco de investimentos altamente complementares que delinea um processo de industrialização pesada. O mesmo autor considera que o sentido último do desenvolvimento do capitalismo no campo é a própria industrialização da agricultura. O autor ainda destaca a ideia de que com a industrialização da agricultura as limitações impostas pela natureza não se põem mais como barreiras à produção agropecuária

Esse processo difundido no mundo todo foi conhecido como a Revolução Verde, que influenciou em muitos países um padrão tecnológico para modernizar a agricultura e, com isso, atender a demanda de reprodução do capital.

O Estado brasileiro criou as estratégias necessárias para o desenvolvimento da agricultura capitalista, tendo como alvo os grandes proprietários de terras por serem detentores de maior capital para investir e adquirir as inovações tecnológicas. A influência norte-americana penetrou no Brasil através do “Programa Aliança e Progresso”, onde foram criados objetos de instrumentalização da implantação da Revolução Verde, em 1950 a criação da ACAR - Associações de Crédito Assistência Rural em seguida da ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, além do CAI (Complexo Agroindustrial), consolidaram o modelo americano de assistência técnica.

A partir da década de 60 a Revolução Verde passa a ser a política agrícola oficial, onde foram concebidos muitos financiamentos de bancos em prol de uma modernização que pode ser dita conservadora, onde tais bancos devessem cobrir investimentos sobre insumos modernos, como agrotóxicos, fertilizantes e sementes certificadas.

Para permitir a difusão do conhecimento com base nos parâmetros da agricultura industrial, Ehlers (1996) assinala que, a partir da década de 1960, as principais escolas de agronomia do Brasil alteraram sua estrutura curricular privilegiando as disciplinas de ensino e pesquisa voltadas para o modelo agrícola convencional. Estas alterações refletem o interesse em atingir elevados índices de produtividade por meio do intenso uso de fertilizantes artificiais, agrotóxicos, mecanização e sementes selecionadas ou manipuladas geneticamente. Passa então a ter crescimento em passos largos uma modernização no setor da agricultura no país.

Neste contexto foram criadas a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e a Embrater - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, sob o intuito que nos relembra Gonçalves Neto (1997, p. 202) “os extensionistas rurais [...], complementam a ação dos centros de pesquisa e experimentação, tanto públicos como privados, exercendo o papel de ponte entre estes centros e os produtores”. Entretanto, o caráter seletivo do processo de modernização se faz presente ao direcionar os serviços de extensão rural aos grandes proprietários de terras que possuíam maior capital para investir e adquirir as inovações.

Ehlers (1996, p. 39) destaca o apoio prestado pelo Estado nacional foi fundamental para a expansão do pacote tecnológico “[...] o governo criou linhas especiais de crédito atreladas à compra de insumos agropecuários, mecanismo que ampliou a dependência do setor produtivo agrícola em relação ao setor produtor de

insumos”. Além disso, em meio ao “milagre econômico⁶” da década de 1970, houve a abertura do mercado de implementos agrícolas, sementes e insumos agroquímicos. A agricultura passou a exercer uma nova função, ou seja, a criação de um mercado para a indústria de insumos agrícolas (EHLERS, 1996).

Este período é marcado pela implantação das primeiras indústrias de tratores no Brasil, resultando na propagação do agronegócio, onde empresas com alta tecnologia manipulavam os mercados nacionais. O agronegócio brasileiro compreende atividades econômicas ligadas, basicamente, a: (i) insumos para a agricultura, como fertilizantes, defensivos, corretivos; (ii) a produção agrícola, compreendendo lavouras, pecuária, florestas e extrativismo; (iii) a agro industrialização dos produtos primários; (iv) transporte e comercialização de produtos primários e processados. (GRAZIANO DA SILVA, 1999)

Sobre esse período inicial da modernização agrícola brasileira há que se considerar que:

Especialmente a partir da segunda metade do século XX, a aliança entre a agricultura e os capitais industriais, ao confrontar o objetivo da acumulação com os limites naturais da produção agrícola, dirigiu suas ações para a maximização do controle dos processos naturais e para a conquista de novos espaços de produção de valores excedentes. Neste caso, sua expansão sobre as áreas rurais deu-se, no mais das vezes, mediante a conciliação dos interesses da grande propriedade agrícola com aqueles da manutenção das circunstâncias locais de domínio e desigualdades sociais, constituindo assim o que convencionou-se chamar de modernização conservadora das áreas rurais (MARTINS, 2006, p. 167).

Neste contexto de concentração fundiária se constitui diversos avanços e rompimento de fronteiras agrícolas em prol do avanço desse modelo que não lida com os ciclos normais da natureza, extinguindo assim recursos e avançando de modo predatório. Dessa forma, cabe salientar que essa industrialização do campo derivou em diversos problemas sociais e ambientais.

⁶ De 1967 a 1973 o Brasil alcançou taxas médias de crescimento muito elevadas e sem precedentes, que decorreram em parte da política econômica então implementada principalmente sob a direção do Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto mas também de uma conjuntura econômica internacional muito favorável. Esse período (e por vezes de forma mais restrita os anos 1968-1973) passou a ser conhecido como o do “milagre econômico brasileiro”, uma terminologia anteriormente aplicada a fases de rápido crescimento econômico no Japão e em outros países. Esse “milagre econômico” foi também, em certa medida, o desdobramento de diagnósticos e políticas adotados entre 1964 e 1966 por Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto de Oliveira Campos, respectivamente ministros da Fazenda e do Planejamento do governo Castelo Branco, e consubstanciados no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Fonte: Verbete “Milagre Econômico Brasileiro”. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

Assim de forma resumida pode-se dizer que esse padrão tecnológico oferecido pela Revolução Verde, cooptado pela ação do Estado Nacional, desenvolve-se baseado em monoculturas altamente mecanizadas a altos investimentos em insumos, exclui grande parte dos pequenos agricultores, pois estes ficaram a margem desses benefícios promulgados pelo Estado, fator que intensificou um processo migratório interno no país em busca de outras formas de emprego, obrigando muitos a venderem suas terras, engrossando ainda mais uma concentração fundiária no campo. Caporal et al (2006), destacam que embora este fosse um modelo hegemônico, não se constituía como acessível para a maioria dos agricultores, o que acabava por promover a expropriação camponesa.

Delgado também analisa o caráter heterogêneo da agricultura brasileira – do ponto de vista técnico, social e regional – como sendo preservado e até mesmo aprofundado nesse processo de modernização. Pode-se visualizar nele um pacto agrário modernizante e conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial e ao capital comercial (DELGADO, 2001, p.165).

O processo de modernização, embora importante economicamente revelou, alguns efeitos adversos, principalmente no que tangem os aspectos sociais e ambientais, assim impulsionando o debate a respeito das limitações do modelo de produção desenvolvido no país.

As contradições oriundas desse modelo agroindustrial foram analisadas de forma contundente por diversos autores. Sobre as principais ambivalências destacam-se verdadeiras devastações ambientais, derivados da derrubada em prol do avanço territorial progressivo, e que também são causadores de uma erosão no campo entre aqueles pequenos agricultores, expulsos de seus territórios ou desprendidos de sua autonomia através da perda de sementes, além disso, o uso cada vez maior de agroquímicos acaba por revelar também um aumento de problemas de saúde e poluição dos rios e solos. Com a mecanização cada vez mais intensificada houve uma redução contínua da força de trabalho dos pequenos agricultores, muitos foram substituídos por máquinas, na ânsia pela aceleração da produção.

Diante desse contexto, o cenário da atividade rural brasileira demonstra uma estrutura fundiária concentrada, a qual possui concentração de terras nas mãos de uma minoria e uma estrutura de produção voltada para exportação, marginalizando, conseqüentemente, os pequenos produtores rurais.

2.1.1 Histórico de ocupação do Rio Grande do Sul

Para contextualizar o território de Rio Grande do Sul, palco das influências atreladas à reprodução social e econômica que visamos apresentar com a pesquisa, destacamos o período anterior a sua formação enquanto estado nacional, os processos migratórios, e a inserção no processo de modernização agrícola, como questões de importância nesse estudo, assim transcorrendo até o processo de modernização.

O Estado antes da colonização, assim como o restante do país, era habitado por diversas tribos indígenas. Após um contexto de disputas territoriais, um longo ciclo de guerras abalou o território do Rio Grande do Sul no século XIX. No Brasil colonial o Estado do Rio Grande do Sul passou a integrá-lo tardiamente, tendo as primeiras tentativas de expansão rumo ao Sul no século XVII a partir da ida dos bandeirantes paulistas que se lançaram às reduções indígenas estabelecidas pelos missionários da Companhia de Jesus, na intenção de prender os índios para vendê-los como escravos nas zonas açucareiras.

Isso somente deixou de acontecer quando a normalidade do tráfico negreiro foi restabelecida em função do fim do Domínio Espanhol e expulsão dos holandeses da África.

Segundo Pesavento (1990), estas reduções vieram a se constituir numa linha de expansão rumo ao sul, praticamente independente da lusitana ou espanhola, que se entrecrocavam na fronteira pela disputa do gado, da terra e do comércio platino. Tais unidades, economicamente desenvolvidas e praticamente autônomas, passaram a ser consideradas ameaça política à segurança das monarquias ibéricas. A região dos Sete Povos foi colocada em pauta nas disposições do Tratado de Madrid, ficando definido que Portugal entregaria para a Espanha a Colônia de Sacramento em troca do território dos Sete Povos das Missões e a Companhia de Jesus acabou sendo expulsa de Portugal (1759), Espanha (1767) e América (1768).

A partir da terceira década do século XVIII a Coroa portuguesa passou a distribuir as sesmarias a tropeiros que se sedentarizassem ou a militares que dessem baixa e se afixassem, definindo a posse da terra e do gado, com o estabelecimento de estâncias.

As estâncias de gado, que se constituíram, realizavam uma criação extensiva do rebanho, utilizando como mão-de-obra os peões. Estes eram elementos subalternos do antigo bando armado que tropeava gado ou índios egressos das missões. Embora se registrasse o uso de escravos nas estâncias, a atividade de criação, subsidiária da economia central do país não foi capaz de propiciar uma acumulação que permitisse a introdução regular de negros na região. Estes não se constituíram na mão-de-obra fundamental no processo de trabalho (PESAVENTO, 1990, p. 15).

Essa fixação sobre os territórios foi fundamental para desenvolver o trigo, trazido pelos Açorianos⁷, cultura que foi relevante para promover algum tipo de riqueza na época. A pecuária foi também se desenvolvendo, através da produção de charque, que se constituiu num fator de atração, ao criar um mercado regional para o gado, conferir um novo valor para a carne e ligar-se a um mercado que não dependia das flutuações da economia nacional, riqueza produzida pelo charque foi capaz de introduzir em grande escala o escravo no Rio Grande do Sul, tornando o negro a mão-de-obra por excelência das charqueadas rio-grandenses.

A partir da segunda metade do século XIX se revelou a chamada crise dos braços que os charqueadores esperavam ser resolvida pela antecipação da abolição da escravatura. Através desta, o senhor permaneceria com o trabalhador à sua disposição, isto é, a escravidão seria extinta sem extinguir os escravos e a generalização das relações assalariadas de produção nas charqueadas continuaria limitada, comprometendo o desenvolvimento do capitalismo da região. Neste contexto, a vinda de imigrantes estrangeiros representava a inserção do Brasil no processo mais amplo da expansão do capitalismo a nível mundial e possibilitava o processo de transição de mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre.

Pesavento (1990) identifica dois momentos de inserção do Rio Grande do Sul no processo de imigração: o primeiro diz respeito à imigração alemã iniciada em 1824 e o segundo, à imigração italiana desenvolvida a partir de 1875. A imigração, no entanto, do ponto de vista regional, não resolvia seus problemas que eram relacionados à falta de trabalho na pecuária, isto porque os imigrantes, diferente do que ocorreu com negros, índios e mestiços, tiveram a possibilidade de compra e acesso a terra, vindo trabalhar para si (Marmilicz, 2013).

Os imigrantes alemães sobreviveram de uma agricultura de subsistência e com um bom escoamento de excedentes, conseguiram de certa forma prosperar, mais

⁷ Povos oriundos das ilhas portuguesas dos Açores. Vieram para o Brasil sob a oferta de necessidade de povoamento, prevista pelos portugueses. (Torres, 2004)

ainda os mercadores, através das operações financeiras de empréstimo e guarda de dinheiro. Cabe destacar esse momento, pois começou a se desenvolver nesse fim de século XIX, uma agricultura comercial de gêneros de subsistência para a capital da província, chegando a exportar para o centro do país do ano de 1870 em diante.

Os principais produtos agrícolas exportados eram milho, feijão, batata, mandioca e trigo, além do toucinho e da banha que passaram a ser uma especialidade das colônias. Quando os italianos chegaram já encontraram as melhores terras ocupadas e loteadas por alguns imigrantes alemães, tal organização já determina por estes últimos, acabou influenciando e até subordinando de certa forma a organização dos imigrantes italianos, o que os levou a se utilizarem de algumas estratégias, como a produção de uvas para a fabricação de vinho, plantio de milho e criação de suínos, para a retirada da banha.

Dessa forma foi se estabelecendo através dessas pequenas expressões de agricultura, processos que prescrevem a gênese da agricultura familiar no sul do país, onde dadas as pequenas parcelas loteadas a esses imigrantes foram estabelecendo-se as colônias, delimitadas pelas expressões culturais destes povos, adaptados aos territórios inseridos. Cabe ressaltar que esse processo

De uma forma geral, O RS desde a sua formação constituiu-se nos moldes de uma economia agropecuária, subsidiária da agro exportação e voltada para o abastecimento do mercado interno brasileiro com a exportação de gêneros alimentícios entre outros oriundos da produção pecuária (charque, couro, banha, sebo e lã) e da produção agrícola (mandioca (farinha), fumo, feijão, erva-mate, vinho, arroz e cebolas), isto nos primeiros anos do Brasil República. Essas características lhe conferiram o codinome de “celeiro do país”. A instalação do chamado Estado Novo, período compreendido entre os anos de 1937 a 1945 foi responsável, segundo Pesavento (1990), por consagrar, numa perspectiva modernizante, a intervenção do Estado na economia. Foi também o momento em que se processou a substituição do modelo de desenvolvimento baseado na agro exportação para aquele baseado na indústria.

Para o RS a autora destaca que essa passagem significou sua dependência e atrelamento ao padrão de acumulação que ora iniciava e que consistia em fornecer alimentos baratos para o trabalhador nacional. Há que se destacar que a instalação do Estado Novo não provocou alterações fundamentais na estrutura econômica do Estado, pois continuou na sua posição tradicional de fornecedor de gêneros

agropecuários para o mercado nacional. Arandia (1987) confirma a versão de Pesavento (1990) ao mencionar que coube ao Rio Grande do Sul, enquanto produto de uma inserção no esquema de divisão do trabalho que se delineava no País, ser subsidiário do desenvolvimento dos polos hegemônicos ao nível nacional.

Essa modalidade de desenvolvimento capitalista possibilitou a articulação pouco conflitiva no Estado entre a pequena propriedade (minifúndio) e a pecuária extensiva (latifúndio). Arandia (1987) com base em um estudo realizado pela FEE – Fundação de Economia e Estatística no ano de 1978, explica que a articulação independente e não antagônica que assumiram esses dois blocos no seu desenvolvimento deve-se à relativa independência de ambos os setores, dado que a agricultura colonial se apropria de terras marginais à pecuária tradicional, e de serem diferentes os produtos e diversos os mercados aos quais se destinam as respectivas produções. A consolidação do setor agrícola empresarial significa para o latifúndio e o minifúndio, o fim de uma articulação relativamente harmônica em que a implantação do complexo da soja foi a maior responsável por essa desarticulação. (Marmilicz, 2013).

A Agricultura no RS inclusive no decorrer de sua formação econômica, por ter a pecuária de forma conjunta como grandes pilares e possuir essas atividades mais desenvolvidas em aspectos tecnológicos e de produção do que outras regiões do país (FOCHEZATTO; GHINIS, 2012), largou na frente a partir do processo de modernização, respondendo hoje inclusive como o estado com maior representatividade a nível nacional sobre o setor agrícola, tanto naquelas culturas envolvidas diretamente, quanto ao número de estabelecimentos de agricultura familiar.

Considera-se então que a modernização agrícola no Rio Grande do Sul não seguiu de forma diferente do resto do país, e também acompanhou a grande marginalização que sofreu a pequena agricultura no estado e no país. Assim, as novas estratégias de usos do espaço e geração de renda, assumidas por estes pequenos agricultores servem como ponto de partida com relevante significado para o desenvolvimento da Agroecologia.

No município de Pelotas, podemos destacar que foram bem difundidas as tecnologias modernas no período da Revolução Verde, onde nas décadas de 1970 e 1980 a indústria conserveira de pêssegos e, posteriormente, a indústria fumageira,

tiveram papel importante na difusão dessas novas tecnologias. Veremos melhor no capítulo 4, onde destacamos uma visão mais histórica e econômica do município.

2.2 Agricultura Familiar no Brasil

A Agricultura familiar merece destaque tanto como abordagem conceitual e prática como nessa retrospectiva. Sua origem remonta as pequenas propriedades a ficarem restritas ao interior das grandes fazendas ou áreas de menor interesse econômico. Por isso cabe aqui indicar que os primeiros agricultores familiares eram índios, negros e europeus não pertencentes ao grupo de favorecidos pela Coroa. Esses agricultores praticavam uma agricultura de subsistência para a comunidade local. Desse modo, nossa herança de diversas formas de organização da produção da agricultura familiar vem principalmente das culturas negra e indígena.

Esse tipo de agricultura, de subsistência e vinculada as práticas tradicionais, sobre o ambiente ideológico que se criou no processo de modernização, destacaram Caporal & Petersen (2002), passou a ser empregada para rotular tudo o que não fosse considerado moderno, criando-se assim uma visão dicotômica que introduz um viés maniqueísta para a interpretação das sociedades rurais. Por meio desses estereótipos, as práticas que não fossem identificadas com a modernidade eram vistas como conservadoras e arcaicas e, portanto, carregadas de negatividade.

Abramovay (1998) define a agricultura familiar a partir de três atributos: gestão, propriedade e trabalho familiar, sendo que o trabalho é proveniente de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Para Wanderley (2001), a agricultura familiar combina a propriedade dos meios de produção (produzindo para seu consumo e para o mercado), com o trabalho no estabelecimento. O conceito de agricultura familiar é tido por vezes como controverso, contudo, o denominador comum a todos os conceitos de agricultura familiar é a utilização de mão-de-obra familiar.

A retomada da ação do Estado brasileiro sobre as dinâmicas de desenvolvimento rural nos últimos 15 anos, após o desmonte institucional sofrido durante o interregno neoliberal da década de 1990, abriu um campo de oportunidades para a ruptura do paradigma da modernização agrícola que norteou as instituições públicas dessa área a partir dos anos 1960. Em uma conjuntura particularmente favorável, sobretudo com o início do Governo Lula, em 2003, foram criadas condições

excepcionalmente propícias para que o enfoque agroecológico fosse admitido, ao menos nominalmente, como referência para a orientação de variadas políticas e programas voltados para a agricultura familiar.

Aqui cabe ressaltar que dentro do universo metodológico da Agroecologia poderíamos destacar a agricultura familiar como de grande possibilidade de adequação dessa perspectiva agroecológica de produção, pois tal categoria normatizada sob a lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006⁸, evidencia como característica a pequena propriedade, instituindo um recorte máximo de área.

A lei destacada define a agricultura familiar:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais. § 2º São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. (Senado Federal. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006).

No Censo Agropecuário 2006, revelados o número de 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Tais estabelecimentos ocupariam uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda bem concentrada no país, pois os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área

⁸ Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, atualizado posteriormente pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares aparece como 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares. (Censo Agropecuário IBGE, 2006).

A Agricultura Familiar ganha destaque então, como importante no sentido da possibilidade que tem de integração de políticas públicas que possam estar ligadas a Agroecologia, justamente por suas especificidades que se aproximam dos princípios dispostos à produção mais sustentável, promovida pela Agroecologia. Por essa questão vem evocada no sentido de demonstrar a possibilidade que tal categoria vem sendo discutida e tratada na pauta sobre as questões de Segurança Alimentar e Nutricional e participações nas políticas reconhecidas do PAA⁹ e PNAE¹⁰.

2.2.1 Agricultura Familiar No Rio Grande do Sul

A Agricultura familiar como vimos sobre uma atribuição conceitual e expressada pelo seu contingente social, no RS é bastante significativa, como expressamos nas páginas anteriores, é composta em maioria pelas atividades dos colonos e seus descendentes.

O modelo de colonização resultante da introdução de imigrantes que se dedicariam exclusivamente à agricultura deu origem a alguns aspectos diferenciados no RS, isto porque a implantação das colônias se deu de forma diversa da ocupação

⁹ Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social. Os produtos destinados à doação são oferecidos para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal. Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios. Desta forma é possível comercializá-los no momento mais propício, em mercados públicos ou privados, permitindo maior agregação de valor aos produtos. A compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais. (Mais informações no site www.mda.gov.br)

¹⁰ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. (Mais informações www.fn.de.gov.br/programas/pnae)

anterior do solo, realizada, em primeiro lugar, pelos latifundiários pecuaristas e, em segundo, pelos agricultores açorianos. Somados a esse conjunto a vinda ao conjunto de práticas e técnicas, trazidas pelos primeiros imigrantes europeus não ibéricos ao Estado consolidam um sistema agrário bem diversificado no RS. A característica essencial destacada pelos dois últimos citados processos de colonização, é a pequena propriedade cultivada pelos membros de uma família e o sistema de produção que é a policultura — incluindo-se aí as atividades pecuárias desenvolvidas por esses agricultores. O produtor cultivava vários produtos cujos excedentes se destinam ao mercado.

Atualmente através de alguns estudos realizados por (Grando, 2011), baseados nas estatísticas levantadas pela FEE, revelaram a extrema importância desse segmento quanto a questão econômica.

A partir de uma metodologia para o cálculo do PIB do agronegócio, os estabelecimentos agrícolas definidos como familiares foram dimensionados e avaliados sob o enfoque do agronegócio familiar. No caso do Rio Grande do Sul, os autores salientaram a extrema importância da agricultura familiar “não só para economia do agronegócio, mas para a própria economia do Estado”, caracterizada como “bastante associada à produção rural” (p. 22) [...] Ademais, comparando a participação do agronegócio familiar e a do patronal no PIB do Brasil e do Rio Grande do Sul, os autores concluíram que a contribuição do segmento definido como familiar também era relativamente muito maior do que a do patronal para a economia do Estado. Segundo os dados da pesquisa, o peso do agronegócio familiar no agronegócio total do Estado em 2003 girava em torno de 55%, enquanto na economia nacional essa participação aproximava-se de 33%. (Grando, 2011, pág. 5)

Os dados censitários mostram que, em se tratando do número de estabelecimentos familiares, o Rio Grande do Sul se encontrava na terceira posição nacional em 2006. O Estado da Bahia liderava, com 15,2%, seguido por Minas Gerais, com 10,0%, e, em seguida, situava-se o Rio Grande do Sul, com 8,7% do total dos estabelecimentos familiares brasileiros, então na casa de 4,3 milhões de unidades. Na Região Nordeste, destacavam-se, ainda, Ceará e Pernambuco, com 7,8% e 6,3% desse total respectivamente. Já, na Região Sul, depois do Rio Grande do Sul, situava-se o Paraná, com 6,9%. Registra-se que, abaixo desse percentual, figuravam, também com expressividade, Maranhão, Piauí, Pará, Santa Catarina, São Paulo, Paraíba e Alagoas em números absolutos situados entre 111.000 (Alagoas) e 262.000 unidades (Maranhão).

O Rio Grande do Sul detendo uma distribuição fundiária similar à que se apresentava para o Brasil, mas com pequena vantagem relativa no que concerne à

distribuição da posse da terra em favor da agricultura familiar. Essa representou 85,7% do número total dos estabelecimentos e ocupou 30,5% da área agrícola estadual. Ou seja, no que concerne ao número de estabelecimentos, o Rio Grande do Sul superou a situação brasileira em 1,3%, dispondo de uma distribuição de terras relativamente melhor, na ordem de 6,2. (Grando, 2011).

A Agricultura Familiar é a base da condição de aprimoramento da produção, visando as técnicas utilizadas pela Agroecologia. Assim, o capítulo em seguida revisa os conceitos e as atribuições reveladas a partir desse viés.

3. REFLEXÕES SOBRE A AGROECOLOGIA

O termo Agroecologia vinculado a uma noção científica, advém da ideia de cruzamento entre duas ciências, a Ecologia e a Agronomia. Muito embora essa ideia de aproximação sobre um sentido de aplicação não fazia sentido, pois ambas atuavam de forma separadas, a primeira se ocupava dos estudos sobre os sistemas, enquanto que a segunda tratava diretamente da aplicação a agricultura. Nos anos 30 alguns ecologistas, propuseram o termo agroecologia como a noção da ecologia aplicada à agricultura. A partir das décadas de 60 e 70 o aumento de uma abordagem que relevasse uma consciência ambiental despertou um grande sinal, revelando um início das bases que fundamentaram a ideia de Agroecologia (Gliessman, 2001, pág. 55).

Em síntese essas perspectivas iniciais, evoluíram da perspectiva sistêmica, desenvolvida por Bertalanfy (1968), que trata da importância sobre o estudo da integração e conjunto de fenômenos e suas inter-relações em diversos níveis hierárquicos. Advém também, do conceito filosófico do holismo (WERFF, 1992; JESUS, 1996; CAPRA, 1998; NORGAARD; SIKOR, 2002) e sobretudo, através da fundamentação do estudo dos fenômenos agrícolas de uma forma mais integrada, desenvolvido pela ecologia (ODUM, 1988), ciência integradora que permite uma compreensão global dos fenômenos isolados, por meio dos conceitos de comunidades, ecossistemas e propriedades emergentes, entre outros. Esses conceitos foram adaptados por Altieri (1989, 2000, 2002), e Gliessman (2001), aos sistemas agrícolas, criando o conceito de Agroecossistema. (FEIDEN, 2005).

Cabe-se destacar que a construção desse conceito, entretanto, remonta a história das agriculturas alternativas e antecede a chamada revolução verde. Remete à Alemanha, em 1924, com a agricultura biodinâmica e natural (VOGT, 1999), na Inglaterra, em 1946, com a agricultura orgânica (REED, 2002) e na França, em 1940, com a "agriculture biodynamique d'alimentation normale" (CEZAR, 1999). No entanto, sua fundamentação teórico-conceitual começou a ser desenvolvida a partir da década de 1970, como uma busca de suporte teórico para as diferentes correntes de agricultura alternativa que já vinham se desenvolvendo e que se opunham a modernização agrícola implementada pela Revolução Verde. Essa versão acabou surgindo como resposta aos críticos destes movimentos por uma nova agricultura integrada ao meio ambiente (ASSIS e ROMEIRO, 2002).

Nessa década, em vários países, configurou-se um ambiente contestatório chamado "contracultura", que questionava vários aspectos comportamentais das sociedades modernas, principalmente os padrões de consumo. Também se confirmavam os indícios de que a agricultura moderna, além de apresentar problemas energéticos e econômicos, vinha causando cada vez mais danos ambientais. A publicação de *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, introduziu a preocupação com as questões ambientais na esfera da agricultura, cumprindo papel fundamental no questionamento da base tecnológica do padrão agrícola moderno. Com efeito, além de apontar os impactos ambientais provocados pelos agrotóxicos, questionava o modelo agrícola convencional e sua crescente dependência do petróleo como matriz energética.

Segundo Sevilla Guzman e Woodgate (2002) surgem nesse momento dois marcos de orientação teórica, o primeiro oriundo do México, através dos estudos dos sistemas camponeses neste país pelos teóricos Angel Palerm (1980) e Efraín Hernandez Xolocotzi (1977), cujas ideias foram posteriormente desenvolvidas pelo mexicano Vitor Manuel Toledo e pelo norte americano Stephen Glieman. Na Espanha, por Joan Matínez Alier e José Manuel Zanedo que apresentaram a economia ecológica e posteriormente o Ecologismo popular. Outros marcos seriam a sistematização desses estudos desenvolvida por Miguel Altieri (1987, 2002), que aprofunda o estudo das relações ecológicas de forma conectada ao estudo do conhecimento camponês. A efetivação surgiu com os programas de desenvolvimento rural na América Latina por instituições como a CLADES - Consorcio Latinoamericano sobre Agroecologia y Desarrollo Chile e a Universidade Agroecológica de Cochabamba AGRUCO, na Bolívia (SEVILLA GUZMAN; WOODGATE, 2002). Esta surge dos países pobres da América Latina, principalmente pelas ONG'S vinculadas ao CLADES em resposta a crise da modernidade. (CASADO; MOLINA; GUZMAN, 2000; GUZMAN & WOODGATE, 2002).

O conceito de agroecologia consolidou-se na Eco-92, onde, através das premissas levantadas no evento demonstrou-se a necessidade de pensar um novo caminho fosse capaz de ser socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Assim, a agroecologia apareceria como um modelo de produção capaz de revelar e traduzir o sentido de um verdadeiro desenvolvimento sustentável, que foi tratado como emergencial naquele presente momento e que ainda

hoje é essencial para a sociedade. Suas premissas sintetizadas pelos principais teóricos revelam seu alcance interdisciplinar e epistemológico.

3.1 Agroecologia: Aspectos conceituais

A agroecologia revela uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. (Altieri, 1989).

CAPORAL (2006) define a agroecologia como uma rede de conhecimentos científicos e populares que se cruzam e se somam na investigação por estilos de agricultura mais sustentáveis. Ou seja, de base ecológica e que atenda aos requisitos sociais, considerando os aspectos culturais locais, preservando os recursos ambientais e contribuindo para a participação política e empoderamento de seus atores. Nessa mesma linha, Assis e Romeiro (2002) enfatizam que a Agroecologia resgata, sob novas bases científicas tecnológicas, econômicas, sociais e políticas, a lógica das sociedades camponesas tradicionais, e seus conhecimentos, como forma de vencer os desafios para estabelecer uma outra maneira de produzir.

Segundo GLIESMMAN (2001)

A agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade (GLIESMMAN, 2001 p.54)

Atribuída a este escopo conceitual, a Agroecologia aparece como fundamental no sentido de integrar o ser humano a natureza através das práticas agrícolas e, sendo assim, considera a existência dos seres vivos em comum num sentido integrado, revelando-se uma ciência multidisciplinar.

A Agroecologia então, se revela para além de uma ciência; a mesma apresenta-se como um modo de vida, como afirmam Caporal & Petersen (2002) Apud Sevilla Guzmán et al. (2006):

Em seu sentido mais amplo, a Agroecologia tem uma dimensão integral na qual as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante já que, ainda que parta de uma dimensão técnica e seus primeiro nível de análise seja a unidade de produção, desde ela se pretende entender as múltiplas formas de dependência que gera o atual funcionamento da política, da economia e da

sociedade sobre a cidadania, em geral e sobre os agricultores, em particular. Os outros níveis de análise da Agroecologia consideram como central a matriz comunitária na qual se insere o agricultor. Isto é, o grupo doméstico, a comunidade rural e as sociedades locais que geram sua identidade mediante uma rede de relações sociais. A Agroecologia oferece bases científicas para que os processos de transição da agricultura convencional (e outras formas de agriculturas menos sustentáveis, acrescentamos) para agriculturas ecológicas se desenvolvam neste contexto sociocultural e político e que impliquem em propostas coletivas de mudança social.” (Caporal & Petersen, 2012 p. 65)

O mesmo autor define Agroecologia como “o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à crise de modernidade mediante propostas de desenvolvimento participativo, desde os âmbitos da produção até de circulação alternativa de seus produtos. Desta maneira, pretende-se estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para o enfrentamento da crise ecológica e social e, desta maneira, possam ajudar a restaurar o curso alterado da co-evolução social e ecológica.” (CAPORAL e PETERSEN 2012, p. 66)

Para Gomes e Borba (1999), a Agroecologia é tão antiga quanto à agricultura. Estes autores destacam que as agriculturas tradicionais ou indígenas, quando analisadas, revelam sistemas agrícolas complexos que incorporam o uso de recursos renováveis localmente disponíveis, tendo como base os conhecimentos gerados durante muitos ciclos produtivos e que vão sendo transmitidos pelas gerações.

Atualmente essa visão vem ganhando um enfoque mais relevante em se tratando do aumento sobre a visão dos problemas ambientais que se apresentam de forma explícita a nível mundial. As discussões perpassam pelas questões de clima, alimentação saudável, poluição, problemas sociais, entre outros.

Como atuação de política pública atualmente o tema inclusive vem sendo articulado juntamente à promoção de políticas públicas. No Brasil estas oferecem destaque sobre a Política Nacional de Assistência Técnica, em 2003 e o decreto da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, em 2012. Ainda sobre a importância da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional no 11.346/2006¹¹,

¹¹ Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), por Segurança Alimentar e Nutricional – SAN entende-se a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Os compromissos assumidos pelo Governo Federal desde 2003, ao objetivar o combate à fome e à miséria no país, trilharam a construção da agenda da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) enquanto uma política de Estado, num amplo processo intersetorial e

cujas ações de governo em torno do tema culminam com o Direito Humano à Alimentação Adequada.

A Agroecologia como já tratada aqui não é uma prática de agricultura, é uma análise que nos leva a compreensão e articulação de diferentes sentidos, em prol de uma agricultura mais sustentável. Dessa forma a Agroecologia aproxima-se de todas as técnicas difundidas sobre as chamadas agriculturas alternativas.¹²

Agriculturas alternativas

Agricultura Biodinâmica

Teve seu início com o filósofo austríaco Rudolf Steiner, por volta de 1924. Idéia de organismo vivo (Interação animal/vegetal), respeito ao calendário sob as fases astrológicas, utilização de preparos para reativação das forças na natureza sob o aproveitamento máximo de suas potencialidades. Utilização de compostos orgânicos e preparados biodinâmicos; plantio de árvores e arbustos em bordaduras e cercas vivas; recuperação de áreas degradadas com espécies nativas; cultivo de leguminosas como adubação verde e forragem; proteção das aves e estabulação sadia dos animais, estão entre seus preceitos.

com participação da sociedade civil, definindo os marcos legais e institucionais dessa agenda – como a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN); a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); a instalação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN); e a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2012/2015).

¹² O termo agriculturas alternativas, indica aquelas práticas em agricultura que aparecem são um "contraponto tecnológico" ao formato organizativo da agricultura, que singulariza o que a literatura chama de "agricultura moderna", como o desmatamento, a erosão dos solos e a contaminação química dos recursos naturais e dos alimentos. Inicialmente, aqueles esforços contestadores foram chamados de "alternativos" e desencadearam algumas tentativas (especialmente das ONGs) de desenvolver e propor às famílias rurais recomendações tecnológicas entendidas como inovadoras, além de novas formas de manejo de recursos naturais. A expressão "agricultura sustentável" também é utilizada para identificar esses mesmos propósitos. Mas é designação que ainda permanece comprometida por inúmeras dúvidas e contradições. (Pedroso, 2014).

Agricultura Orgânica

Movimento em prol dos produtos orgânicos, relacionados com a obra do inglês Sir Albert Howard, por volta de 1935, embora as discussões sobre o tema já datassem desde 1925. Suas teorias incorporam a ênfase na matéria orgânica presente nos solos e sua importância nos processos produtivos, o solo seria composto por matérias vivas e dinâmicas rotação de cultura. Utiliza-se de esterco animal, leguminosas, adubação verde, lixo orgânico vindo de fora da fazenda, cultivo mecânico, minerais naturais e aspectos de controle biológico para manter a estrutura e a produtividade do solo, fornecer nutrientes para as plantas, controlar insetos, ervas daninhas e outras pragas. (USDA apud EHLERS, 1999, p. 55/56).

Agricultura Biológica

Teoria elaborada pelo suíço Hans Peter Muller, que por volta da década de 30, dava ênfase aos aspectos econômicos e sócio-políticos da agricultura, tendo como consequência a atenção dada a pequenos produtores e sua autonomia, bem como, aos sistemas de comercialização direta aos consumidores. Tinha elementos que a tornava distinta das demais como, por exemplo, não considerar como essencial a associação da pecuária com a agricultura. Tal tendência defendia a utilização de várias fontes de matéria orgânica, inclusive a oriunda do meio urbano a essência da agricultura biológica se dava por meio da saúde das plantas e dos alimentos e estas se davam em função da saúde dos solos. Além disso, evidenciava que tais preceitos se apoiavam em um tripé que seria: o manejo dos solos, a fertilização e a rotação de culturas (EHLERS, 1999).

Agricultura Natural

Movimento que surgiu no Japão, por volta de 1935, tendo como fundador Mokiti Okata, que criou uma corrente religiosa. Tinha em seus postulados básicos o respeito com a natureza, acreditando que os alimentos livres de produtos tóxicos eram responsáveis pela purificação do corpo. Se distingue da orgânica devido a crença quanto à adubação animal, sendo esta dotada de impurezas.

Permacultura

Segundo Bill Mollison, a Permacultura consiste na 'elaboração, implantação e manutenção de ecossistemas produtivos que mantenham a diversidade, a resistência, e a estabilidade dos ecossistemas naturais, promovendo energia, moradia e alimentação humana de forma harmoniosa com o ambiente' (Bill Mollison, 1999). É um sistema para a criação de comunidades humanas sustentáveis que integra design e ecologia.

O que vimos foi uma síntese extraída de EHLERS 1999, organizada pelo autor sobre as diferentes agriculturas alternativas, que fornecem sentido à concepção de Agroecologia.

Vinculadas a essa noção prática sobre as técnicas reveladas pelas agriculturas alternativas a Agroecologia também desperta em seu arcabouço de ideias uma perspectiva social de convivência, mais referenciada pelos movimentos sociais que atuam sobre algumas premissas. Essas organizações em geral reafirmam a necessidade de se levar em conta aspectos éticos e sociais e a importância das interações entre agricultores, consumidores e outros atores, o que remete a uma nova concepção não apenas para a agricultura, mas também para o sistema agroalimentar, muitas vezes a partir de uma perspectiva de realocação. (LAMINE, 2012).

Em suma a Agroecologia é tratada de um lado pela referência as práticas já existentes dentro da agricultura, e de outro, sobre uma concepção de novos ideais, que permitem reduzir os problemas sociais e ambientais ligadas a essa atividade. Portanto, dentro de sua abordagem conceitual recebe uma dupla acepção, uma mais dotada aos princípios técnicos e enquadramento científico e outra sobre uma matriz social.

Ainda cabe ressaltar que embora haja discussões dentre os movimentos sociais sobre esse enquadramento ao sistema capitalista, entende-se aqui que não decorre dessa desconfiança a centralidade do tema, visto que os preceitos são o de produção sustentável, livre de agrotóxicos e de transgênicos. Neste trabalho, priorizou-se inclusive se trabalhar sob esse elemento social, cuja representação de suas premissas e concepções, vai além de um ordenamento conceitual, que muitas vezes acaba por escapar da realidade.

3.2 Políticas públicas no fortalecimento de experiências agroecológicas no Brasil

As políticas públicas são assunto de extrema relevância quando se trata da questão agrícola. No território brasileiro uma das primeiras experiências de vulto relacionadas às políticas públicas indutivas da perspectiva agroecológica foi a proposta colocada em marcha pela EMATER-RS – Associação de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, do estado do Rio Grande do Sul, no período de 1999 a 2002. Neste período, a entidade estabeleceu algumas ações extensionistas, destacando o foco na agricultura familiar, com prioridade para os mais pobres do campo, além de uma orientação técnica baseada nos princípios da Agroecologia.

Nesta perspectiva, a ação socioambiental da EMATER-RS ganhou destaque por ser inovadora e comprometida com os ideais de sustentabilidade que vinham sendo demandados pela sociedade em geral, ainda que de forma difusa. Já, em 2003, durante o processo participativo de construção de Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (Brasil 2004), levado a cabo pelo governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, os debates realizados em todas as regiões do país identificaram a necessidade de uma Extensão Rural Agroecológica (CAPORAL, 1998), cuja base técnica desse suporte a processos de transição baseados nos princípios da Agroecologia, o que ficou expresso nos objetivos e princípios da PNATER e serviu de orientação para as inúmeras ações realizadas pelo MDA no campo da extensão rural ao longo dos últimos anos. (CAPORAL e PETERSEN, 2012).

Os quadros 1 e 2 destacados a seguir, baseados na elaboração síntese de Moura (2016) revelam as principais iniciativas, leis e decretos sob um ponto de vista histórico, em referência a esse enfoque agroecológico no Brasil dos anos de 1985 a 2010.

Quadro 1 – Principais iniciativas com enfoque agroecológico e produção orgânica nas políticas públicas (1985-2002).

Período	Iniciativas
1989-1992	A política municipal de abastecimento alimentar na Prefeitura de Porto Alegre-RS, que reunia ações de fortalecimento das feiras livres, incluindo-se a Feira da Coolmeia. Essa feira foi uma das primeiras e maiores feiras agroecológicas do Brasil. Promoveu-se também a manutenção de um centro de referência em agroecologia.
1992	Sistema Integrado de Produção Agroecológica (Fazendinha Agroecológica Km 47); trata-se de parceria entre a Embrapa Agrobiologia, a Pesagro e a UFRRJ no município de Seropédica-RJ, no qual pesquisadores, estudantes, técnicos e produtores interagem para a construção do conhecimento (capacitação de produtores e técnicos, bem como elaboração de dissertações e teses).
1990	Projeto Piloto – PDA.
1994	Criação de comissão no Mapa para tratar da regulamentação da agricultura orgânica. Programa de Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável desenvolvido na região Sul, por entidades governamentais e não governamentais de ensino, pesquisa e extensão. Foi formado pelas seguintes entidades: Embrapa, UFRGS, Emater/RS, Fepagro/RS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Rede TA-Sul e o Programa de Cooperação em Agroecologia.
1995	Realização, em Porto Alegre-RS, da Conferência Tecnológica e Desenvolvimento Rural Sustentável. Essa conferência representa um marco na mudança de orientação e incorporação do debate agroecológico nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural na região Sul.
1997- 2000	Projeto Lumiar: proposta do Incra emergencial, para descentralizar os serviços de prestação de assistência técnica aos assentados da reforma agrária.
1998	Rede Agroecologia Rio – Projeto com recursos da Finep e da Faperj (1998 e 1999), para o desenvolvimento da agricultura orgânica, em parceria com a Embrapa, a Emater-Rio, a Pesagro-Rio, a UFRRJ, a Abio, a AS-PTA e a Agrinatura.
1999-2002	A Emater/RS definiu os princípios agroecológicos como política pública prioritária para a agricultura familiar
1999	Publicação da IN no 007/1999 do Mapa, fruto da discussão entre a sociedade civil e o Poder Executivo. Essa IN dispõe sobre as normas e os procedimentos para a produção, a tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e a certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal no Brasil.
2000	GT, coordenado pela Embrapa Agrobiologia, para identificar demandas de pesquisa sobre agricultura orgânica no Brasil.
2002	Definição dos procedimentos para o credenciamento das certificadoras definidos pela IN no 006/2002 do Mapa

Fonte: MOURA, I. F. Agroecologia na agenda governamental brasileira: trajetórias no período 2003-2014.

Quadro 2 – Principais leis e decretos relacionados ao enfoque agroecológico e à produção orgânica nas políticas públicas (2003-2010).

Marco Legal	Descrição
Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003	Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências
Decreto no 6.323, de 27 de dezembro de 2007	Regulamenta a Lei no 10.831/2003
Decreto no 6.913, de 23 de julho de 2009	Estabelece os procedimentos para o registro dos produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica.
Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003	O art. 19 cria o PAA.
Decreto no 4.739, de 13 de junho de 2003	Transfere competências relativas à Ater do Mapa para o MDA.
Lei no 1.346, de 15 de setembro de 2006	Estabelece a Losan, que instituiu o Sisan
Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009	Regulamenta a alimentação escolar, ampliando o acesso a todos os alunos matriculados na rede pública e destinando 30% do valor para a compra da produção da agricultura familiar.
Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010	Regulamenta a Pnater e institui o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater)
Decreto no 7.215, de 15 de junho de 2010	Além de realizar mudanças nos procedimentos de contratação dos serviços de Ater, houve uma alteração importante: a substituição do termo “agroecologia” por formulação que orienta os serviços de Ater pela “adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentável”.
Lei no 11.775/2008	Cria a PGPM-Bio, que garante um atendimento específico para os extrativistas.
Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima
Decreto no 6.476, de 5 de junho de 2009	Promulga o TIRFAA.
Decreto no 7.390/2010	Institui o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), entre outros. Estabelece formas e fontes de financiamento. Cria o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC).
Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Programa Bolsa Verde) e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
Decreto no 7.572, de 8 de setembro de 2011	Regulamenta o Programa Bolsa Verde. Esse programa relaciona-se com duas iniciativas do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)

Fonte: MOURA, I. F. Agroecologia na agenda governamental brasileira: trajetórias no período 2003-2014.

Mesmo com esses avanços a política brasileira têm-se tornado cada vez mais conservadora ao passo que de maneira diminuta, vem reduzindo os esforços para com a Agricultura Familiar. Elencamos como exemplo de redução de políticas par a agricultura familiar e agroecologia o caso da EMATER-RS; a partir do ano de 2003,

no marco de um governo estadual conservador e comprometido com o modelo desenvolvimentista, rompeu a trajetória inaugurada no governo anterior e eliminou de sua política a perspectiva agroecológica, sem contar com a opinião das organizações de representação dos agricultores ou de outras entidades do setor.

Citamos outro exemplo, agora em nível federal: No caso da PNATER, um conjunto de proposições de caráter metodológico, introduzidas na Lei de Ater, em 2010, contrariaram frontalmente princípios básicos para o desenvolvimento de serviços de ater guiados pela perspectiva agroecológica; nesse caso foram limitadas as reações organizadas pelas entidades de representação da agricultura familiar. (CAPORAL e PETERSEN, 2012)

No território brasileiro a Agroecologia poderia encontrar um campo interessante se não fosse a sua tradicional política conservadora e defensora das multinacionais e dos projetos estrangeiros. No contexto atual de uma globalização perversa trazida a cabo por agentes macroeconômicos, o Brasil segue ainda o modelo convencional de produção e assim aos poucos se degeneram e distanciam-se dos princípios agroecológicos.

No caso da Agricultura familiar não é diferente: o grande esforço das políticas continua sendo no sentido da “modernização”, isto é, no apoio a mudança da base técnica, sem questionar o uso de agroquímicos e ampliando o financiamento e acesso para a uma modernização líquida, tanto em termos sociais como ambientais.

Somente no ano de 2012 o governo brasileiro lançou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com a edição do decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Foi um importante passo para a ampliação e efetivação de ações de promoção do desenvolvimento rural sustentável, impulsionado pelas crescentes preocupações das organizações sociais não só do campo e da floresta, mas também da sociedade em geral a respeito da necessidade de se produzir alimentos saudáveis conservando os recursos naturais.

Um dos principais instrumentos da política é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), conhecido sob a denominação de Brasil Agroecológico. O primeiro ciclo do Plano, que abrangeu o período de 2013 a 2015, resultou em amplo conjunto de ações públicas, que envolveu a destinação de mais de R\$ 2,9 bilhões. Além de ter incentivado a articulação entre agentes públicos e privados em torno da agroecologia, o PLANAPO contribuiu para a incorporação do tema em

processos de planejamento e implementação de políticas públicas, tanto em nível federal, quanto subnacional.

A Gestão do PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (2016-2019) dispõe das seguintes atribuições e competências:

O Decreto nº 7.794, de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), estabelece dois órgãos para a gestão da Política e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo). Compete à Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo):

I. promover a participação da sociedade na elaboração e no acompanhamento da Pnapo e do Planapo;

II. constituir subcomissões temáticas que reunirão setores governamentais e da sociedade, para propor e subsidiar a tomada de decisão sobre temas específicos no âmbito da Pnapo;

III. propor as diretrizes, objetivos, instrumentos e prioridades do Planapo ao Poder Executivo federal;

IV. acompanhar e monitorar os programas e ações integrantes do Planapo e propor alterações para aprimorar a realização dos seus objetivos; e

V. promover o diálogo entre as instâncias governamentais e não governamentais relacionadas à agroecologia e produção orgânica, em âmbito nacional, estadual e distrital, para a implementação da Pnapo e do Planapo.

Por sua vez, a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – Ciapo é responsável por: I. elaborar proposta do Planapo; II. articular os órgãos e entidades do Poder Executivo federal para a implementação da Pnapo e do Planapo; III. interagir e pactuar com instâncias, órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais sobre os mecanismos de gestão e de implementação do Planapo; e IV. apresentar relatórios e informações à Cnapo para o acompanhamento e monitoramento do Planapo.(MDA, 2016)

Em um processo de continuidade e aperfeiçoamento do primeiro ciclo do Plano, foi lançado o PLANAPO 2016-2019, por meio da Portaria Interministerial nº 1, de 3 de maio de 2016, a partir das mesmas bases de ampla participação da sociedade civil. O PLANAPO 2016-2019 articula diversos Ministérios, unidades setoriais e entidades governamentais em torno de programas e ações indutoras da transição agroecológica

e da produção orgânica e de base agroecológica. São 194 iniciativas, distribuídas em 30 metas e organizadas a partir de seis eixos estratégicos:

1. Produção – Conta com 15 estratégias com o objetivo de ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica, tendo como público prioritário agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e suas organizações econômicas, micro e pequenos empreendimentos rurais, cooperativas e associações, considerando também os da agricultura urbana e periurbana. São elas:

- Estabelecer marco conceitual e normativo sobre produção de base agroecológica e transição agroecológica reconhecimento a agricultura urbana e periurbana.
- Ajustar marcos legal, normativo e operacional, utilizados pelos agentes bancários operadores do crédito rural.
- Desenvolver mecanismos de financiamentos e subvenções econômicas por meios bancarizados e não bancarizados consolidar os mecanismos desenvolvidos no Planapo.
- Elaborar referências de preços adequados aos produtos orgânicos e de base agroecológica.
- Regulamentar corretivos e condicionadores importantes para a produção orgânica e de base agroecológica.
- Contribuir para a agilização do registro de produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica.
- Viabilizar a segurança hídrica, para consumo e produção, com foco no fortalecimento das iniciativas locais da sociedade civil.
- Adequar mecanismos de apoio e fortalecer as organizações econômicas da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e micros e pequenos empreendimentos rurais da agricultura urbana e periurbana.
- Adequar regulamentos sanitários e de inspeção para atender pequenas e médias unidades de processamento de produção orgânica e de base agroecológica.
- Continuar o esforço de ajuste do seguro de renda na agricultura adequado à produção orgânica e de base agroecológica não necessariamente vinculado ao crédito.
- Orientar a elaboração de novos Projetos de Infraestrutura e Serviços dos Territórios - PROINF a partir dos princípios da agroecologia, tomando-os como prioritários.

- Assegurar em todas as atividades de capacitação previstas no Plano a abordagem dos direitos e políticas referentes ao tema para as mulheres.
- Garantir a participação paritária entre agricultores e agricultoras participantes das ações de formação, capacitação e qualificação do PLANAPO.
- Garantir a participação de no mínimo 30% de mulheres na equipe técnica das ações de formação e capacitação.
- Promover a transição e produção de base agroecológica das mulheres por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, revendo suas diretrizes, formas e instrumentos de organização, espaços das instâncias de gestão e participação social.

2. Uso e Conservação de Recursos Naturais – Conta com 16 estratégias diversificadas no intuito de promover, ampliar e consolidar processos de acesso, uso sustentável, gestão, manejo, recomposição e conservação dos recursos naturais e ecossistemas em geral:

- Qualificar as organizações econômicas para a produção de sementes e mudas.
- Ampliar o acesso a crédito e seguro para a produção de sementes e mudas.
- Adequar a legislação de sementes à realidade das variedades de interesse à produção orgânica e de base agroecológica, garantindo o exercício do direito dos agricultores ao livre uso da agrobiodiversidade.
- Fomentar redes territoriais voltadas ao resgate, conservação in situ, on farm e uso livre de variedades crioulas, locais e tradicionais.
- Qualificar os serviços de ATER e fomentar o manejo da agrobiodiversidade e o Manejo florestal integrado de uso múltiplo nos biomas caatinga, cerrado e Amazônia.
- Articular as ações do Planapo com a estratégia de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, e o combate à desertificação.
- Articular com as unidades da federação para o desenvolvimento de atividades de manejo florestal sustentável em áreas suscetíveis de desertificação.
- Capacitar equipe técnica dos órgãos fiscalizadores, fomentadores e de executores de ATER e divulgar tecnologias de uso e manejo sustentável.
- Promover ampla divulgação das formas legais de restauração e manejo de espécies florestais madeireiras e não madeireiras.

- Promover a segurança alimentar e nutricional por meio do fortalecimento da sociobiodiversidade, prioritariamente com povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.
- Reconhecer e valorizar as práticas tradicionais e os saberes associados ao uso e manejo de plantas e ervas medicinais e aromáticas realizadas pelas mulheres.
- Ampliar o acesso das populações tradicionais extrativistas aos territórios de ocorrência de espécies da sociobiodiversidade.
- Garantir e fortalecer a participação da juventude rural nos processos de gestão e conservação dos recursos naturais.
- Buscar meios para reavaliar as medidas de biossegurança com vistas à efetivação de garantias do direito à não contaminação genética.
- Criar e implementar instrumentos adequados para a proteção e desenvolvimento da genética animal de interesse da agroecologia e produção orgânica.
- Promover processos em educação ambiental com enfoque agroecológico voltados para a agricultura familiar, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

3. Conhecimento – Dispõe de 21 estratégias sob o objetivo de ampliar a capacidade de construção e socialização de conhecimentos em Agroecologia e sistemas orgânicos de produção, por meio da valorização da cultura local e intercâmbio de conhecimentos e da internalização da perspectiva agroecológica nas instituições e ambientes de ensino, pesquisa e extensão.

- Disponibilizar ATER continuada com enfoque agroecológico e sistemas sustentáveis, valorizando o papel das mulheres e jovens, com enfoque territorial.
- Incentivar a pesquisa, inovação e extensão tecnológica agroecológica nas instituições de ensino e consolidar e ampliar os núcleos e centros vocacionais de ensino, pesquisa e extensão em agroecologia e produção orgânica.
- Continuar o esforço de inserção da agroecologia e a produção orgânica como temas estratégicos na agenda institucional da Embrapa.
- Priorizar a agroecologia e a produção orgânica nos programas de formação e capacitação de professores, pesquisadores e agentes de Ater.
- Intensificar a sistematização da produção acadêmica e científica e do conhecimento agroecológico e a disponibilização de material técnico pedagógico adequado para técnicos, agricultores, produtores e estudantes.
- Construir, aperfeiçoar e desenvolver

mecanismos para a inclusão e incentivo à abordagem da agroecologia e produção orgânica nas práticas e movimentos sociais, no mundo do trabalho e das manifestações culturais.

- Aprimorar e integrar o fluxo de informação no âmbito de redes de agroecologia e produção orgânica, em particular nos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA).
- Mapear os grupos de agricultores(as) atendidos(as) pelos serviços de ATER, auxiliando na sua integração com as ações em rede, núcleos de estudos e centros de referência.
- Reconhecer o protagonismo e dar visibilidade às experiências das mulheres na agroecologia
- Constituir referências agroecológicas adequadas para jovens, mulheres, povos e comunidades tradicionais.
- Desenvolver pesquisas sobre contaminação de alimentos e recursos naturais por agrotóxicos articuladas a uma estratégia de comunicação e divulgação nacional e internacional.
- Criar um espaço institucional no Ministério da Educação que articule e fomente ações voltadas para a agroecologia e integre suas diversas unidades e áreas.
- Estabelecer princípios e diretrizes para a educação em agroecologia considerando a pluralidade de iniciativas das instituições de ensino médio e superior.
- Apoiar escolas populares/locais de agroecologia, com intercâmbios, disseminação de experiências na sociedade e integração com o PRONERA.
- Promover a participação dos(as) jovens nas ações de formação, pesquisa e extensão e como agentes de ATER.
- Apoiar iniciativas, programas e ações que dinamizem a formação profissional agroecológica e ampliar os programas e projetos de educação do campo, especialmente de residência agrária, com enfoque agroecológico.
- Promover a formação de educadores ambientais e agentes populares de educação ambiental com enfoque agroecológico na agricultura familiar.
- Assegurar ações para a promoção dos meios produtivos e de geração de renda na produção de base agroecológica e orgânica para a juventude rural e suas organizações.
- Promover a troca de conhecimento em produção de base agroecológica e orgânica protagonizada por jovens.

- Desenvolver ações de intercâmbio intergeracional para elaboração de estratégias associativas na produção e geração de renda em produção orgânica e de base agroecológica.
- Fomentar ações de geração de renda em produção orgânica e de base agroecológica que apoiem a permanência de jovens mulheres no meio rural.

4. Comercialização – Esse eixo dispõe de 16 estratégias com o objetivo de fortalecer a comercialização dos produtos orgânicos e de base agroecológica e da sociobiodiversidade nos mercados locais, regionais, nacional, internacional e nas compras públicas e ampliar o consumo dos produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade:

- Realizar ações permanentes de divulgação da produção e do consumo de alimentos orgânicos e de base agroecológica com campanhas que envolvam parceiros não governamentais e governamentais dos diferentes níveis federativos.
- Promover e apoiar melhorias na infraestrutura, formas de gestão e mecanismos de financiamento e governança dos espaços de comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica, e incentivar cooperativas de consumidores e equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.
- Apoiar festas e feiras das culturas locais e eventos especializados na promoção e consumo de produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade.
- Integrar o PLANAPO às redes de economia solidária e de consumidores, priorizando circuitos curtos de comercialização.
- Aperfeiçoar e estimular as compras governamentais dos(as) produtores(as) e agricultores(as) em conversão para produção orgânica e transição agroecológica.
- Dar continuidade ao debate sobre serviços ambientais e sobre a introdução de respectivos prêmios nas aquisições do PAA e nas subvenções pagas aos produtos da sociobiodiversidade, produção orgânica e de base agroecológica.
- Fomentar a organização e cadastramento de grupos de agricultores familiares em organizações de controle social para a venda direta de produtos orgânicos.
- Integrar os sistemas de informação dos diferentes órgãos governamentais para melhorar a gestão e operacionalização das diferentes políticas públicas, em especial PAA e PNAE.
- Promover os produtos orgânicos e de base agroecológica nas ações de educação alimentar e nutricional no âmbito do PNAE.

- Instituir mecanismos que assegurem compensações aos gestores municipais que adquiram produtos orgânicos e de base agroecológica no âmbito do PNAE.
- Fortalecer as organizações comerciais do público da PNAPO, micro e pequenos empreendimentos urbanos e periurbanos nas redes de comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica.
- Efetivar as metas de participação das mulheres nas modalidades do PAA nas compras da produção orgânica e agroecológica e a priorização de públicos fornecedores no PNAE.
- Construir mecanismos para ampliação do envolvimento do público consumidor.
- Apoiar a participação dos e das jovens nos espaços de comercialização local da produção orgânica e de base agroecológica.
- Produzir e distribuir material informativo sobre o PNAE, PAA, compras de produtos da sociobiodiversidade, produção orgânica e de base agroecológica.
- Realizar capacitações por meio dos Centros Colaboradores para a execução do PNAE (Universidades Federais)

5. Consumo – Conta com 10 estratégias com o objetivo de garantir acesso à terra e territórios como forma de promover o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária:

- Titular áreas em benefício de comunidades quilombolas.
- Fomentar o etnodesenvolvimento e a economia solidária em comunidades quilombolas.
- Aprimorar o processo de regularização dos territórios quilombolas.
- Ampliar a regularização fundiária em Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável
- Ampliar o número de Unidades de Conservação Federais dotadas de plano de manejo e com Conselhos Gestores criados.
- Garantir a destinação de novos lotes da reforma agrária para a juventude rural.
- Elaborar e revisar Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA's e implementar ações integradas em terras indígenas.
- Ampliar a participação das associações/cooperativas de povos indígenas e comunidades tradicionais em programas de apoio à gestão e comercialização como o Selo Quilombolas do Brasil.
- Apoiar projetos e ações de etnodesenvolvimento.

6. Terra e Território e Sociobiodiversidade – Com 18 estratégias so o intuito de promover o reconhecimento da identidade sociocultural, o fortalecimento da organização social e a garantia dos direitos de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares:

- Implementar o Sistema Nacional de Informação sobre o Extrativismo e aprimorar a coleta de dados sobre o extrativismo e os produtos da sociobiodiversidade.
- Orientar as comunidades sobre negociações relativas ao acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.
- Produzir e disseminar materiais sobre conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e manejo sustentável
- Desenvolver estudos sobre a cadeia de plantas medicinais, e buscar a inclusão de produtos fitoterápicos tradicionais no SUS.
- Ajustar as regulamentações florestais e de produtos da sociobiodiversidade consolidando o manejo florestal comunitário familiar e o manejo e uso sustentável de espécies nativas.
- Incentivar a aplicação de recursos não reembolsáveis em ações de inclusão produtiva sustentável e estruturação de empreendimentos econômicos coletivos, para povos indígenas e comunidades tradicionais extrativistas.
- Apoiar os Arranjos Produtivos Locais (APLs) da Sociobiodiversidade e projetos de produção, beneficiamento e comercialização de produtos de sistemas sustentáveis da sociobiodiversidade.
- Formar profissionais de instituições governamentais e agentes para atuação em comunidades quilombolas sobre as especificidades dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, e das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.
- Emitir Documentos de Aptidão ao PRONAF (DAP) e promover sua adequação às especificidades de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em todo país.
- Elaborar diretrizes estratégicas para o desenvolvimento de serviços de Ater específico para territórios extrativistas (RESEX, PAE e PDS).
- Investir na contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural para o manejo florestal sustentável de uso múltiplo da caatinga, do cerrado e da Amazônia, com enfoque agroecológico, nas unidades de conservação e assentamentos de famílias agroextrativistas.

- Recriar o Portal da Sociobiodiversidade como instrumento de comunicação e formação continuada dos atores da rede de serviços de apoio aos produtos da sociobiodiversidade.
- Incentivar a agroindustrialização de produtos da sociobiodiversidade na perspectiva das tecnologias sociais.
- Realizar estudos sobre alternativas de logística para a produção proveniente de territórios de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares e disseminar estas informações.
- Ampliar a presença de produtos e alimentos da sociobiodiversidade nos processos de compras institucionais - PAA, PNAE e demais modalidades.
- Consolidar as cadeias de produtos da sociobiodiversidade junto às Câmaras Técnicas de comercialização em cada Estado.
- Garantir a participação dos produtos da sociobiodiversidade em feiras e eventos de comercialização regionais, nacionais e internacionais, com a inclusão de cooperativas e associações de povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares.
- Elaborar estudo de valoração dos serviços ambientais para produtos da sociobiodiversidade, com vistas à inclusão destes custos nos preços mínimos da PGPMBio.

Fonte: Ministério de Desenvolvimento Agrário – Plano Nacional de Produção Orgânica 2016-2019.

Para a efetivação do PLANAPO 2016-2019, busca-se o estreito diálogo e articulação com os estados e municípios, de forma a integrar políticas setoriais de incentivo, fortalecimento e ampliação dos sistemas de produção orgânicos e de base agroecológica com os processos de planejamento e implementação de políticas locais.

Com base nas políticas públicas visamos demonstrar as propostas e idealizações encaminhadas pelo Estado a favor dessa especificidade de produção, porém não indicam que esses fatores irão determinar o sentido da produção, a partir da pesquisa empírica inclusive pretende-se discorrer sobre esse assunto.

Embora muito carente de dados existentes sobre a verdadeira do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) muito em função da adequação ou exclusão de alguns ministérios influentes sobre a questão, dentro do novo governo nacional, o plano têm auxiliado e estimulado alguns estados brasileiros na construção de um marco legal que oriente as ações para a transição agroecológica e a segurança alimentar em várias unidades da federação no sentido de conversação com o Plano Nacional. Experiências como a da Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul (Pleapo 2016-2019¹³) e São Paulo demonstram convergência e sintonia entre as agendas dos governos estaduais e federal.

¹³ A Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (instituída pela Lei 14.486/2014) tem como objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável, apoiando sistemas agroecológicos e orgânicos de produção. Seu principal instrumento é o Rio Grande Agroecológico (Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica), que reúne e organiza diversas ações para o desenvolvimento da agricultura de base ecológica, estabelece compromissos e articula políticas públicas nas diferentes esferas. O Rio Grande Agroecológico foi elaborado por um comitê gestor, em sintonia com as diretrizes do governo do Estado e com o Plano Plurianual (2016-2019). SEMA, 2016.

4. ASPECTOS DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO DA FEIRA DA ARPASUL NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS

Este capítulo faz menção aos resultados da pesquisa, onde recorrendo as questões levantadas, foi possível constatar a visão dos atores ou agentes envolvidos em referência ao percurso dentro dessa especificidade de produção e participação na associação.

Sobre essa prerrogativa foram elencados os aspectos relevantes da experiência em produção agroecológica de agricultores vinculados a associação ARPASUL, onde através dessa contextualização interessa-nos discutir para além das teorias críticas que divergem sobre o contexto prático ou ideológico, mas sim sobre uma realidade presente. Para isso a partir dessas experiências consolidadas, abordaremos inicialmente, a constituição e condição histórica e geográfica do município e da associação, seguidos pelos aspectos e peculiaridades provenientes dentro desse processo de produção e comercialização, relevando as atribuições destacadas pelos agentes que se encontram dentro desse processo. A partir daí então se propõe tecer algumas considerações importantes sobre a produção e a comercialização agroecológica, até a análise sobre as especificidades que determinam ou condicionam essa especificidade de produção dentro do recorte de estudo analisado.

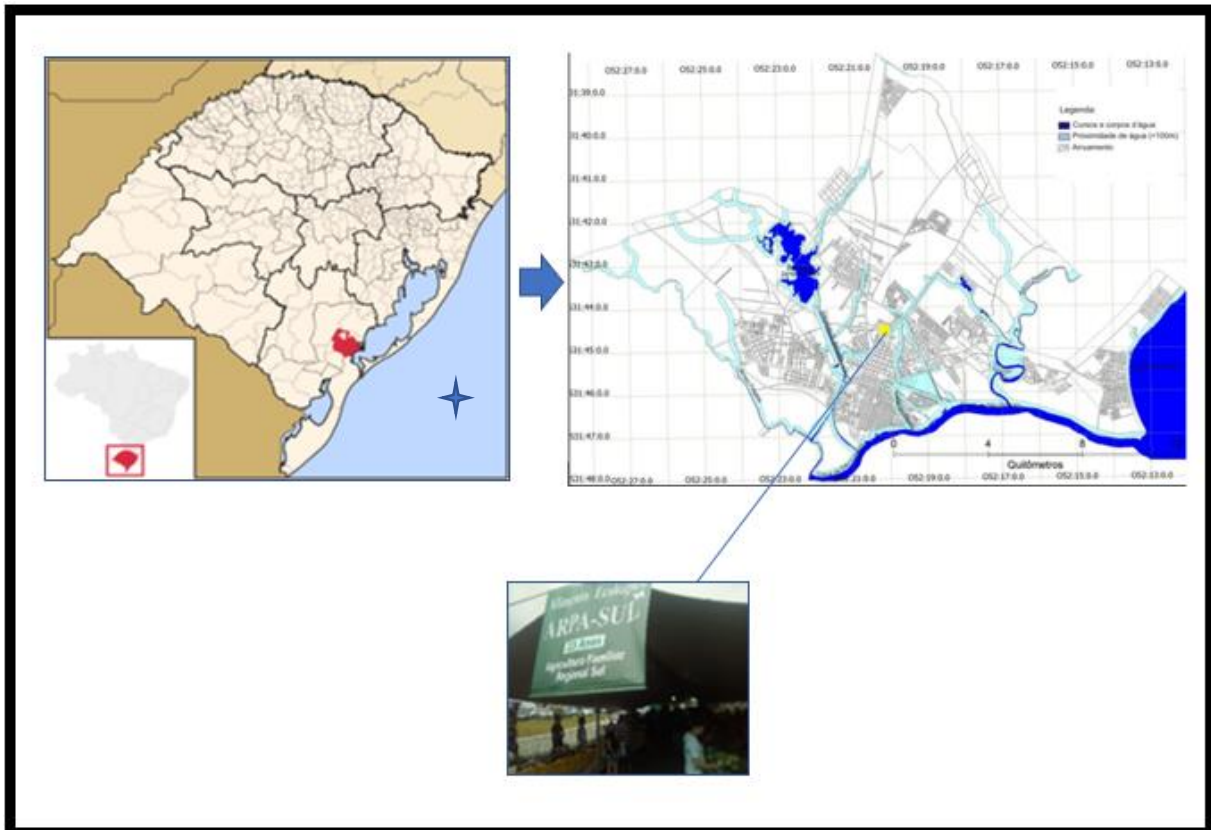
4.1 Contexto histórico do município de pelotas e caracterização da Associação ARPASUL

O município de Pelotas/RS por assentar o local da nossa pesquisa, bem como a sede da Associação ARPASUL, merece ser pelo menos brevemente destacado quanto a sua condição histórica e econômica mais atual, até se chegar ao contexto histórico do surgimento da associação.

O município de Pelotas, considerando-se as coordenadas geográficas, situa-se entre os paralelos de 31 e 32 graus de latitude sul, estendendo-se de 31°20' a 31°48', caracterizado assim por uma latitude média, inserido na zona temperada do Sul (FINATTO, 2008 apud ROSA, 1985) - conforme figura 1. Ainda, de acordo com o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município possui população de 339.934 habitantes.

Figura 1 – Mapa Ilustrativo de Pelotas com localização da Feira da Arpasul



Fonte: Adaptação de imagem do Google. COLLISCHONN & MATTOS, 2011. Organizado pelo autor.

As atividades produtivas desenvolvidas pela agricultura familiar, juntamente com as lavouras patronais de arroz que se formaram no final do século XIX, tornaram-se as principais atividades produtivas primárias, após a decadência das charqueadas no início do século XX. Assim, a partir da década de 40, a agricultura passou por um processo de diversificação produtiva (GARCIA & SANTOS, 2005).

No final da década de 1970 e início de 1980, o cultivo de pêssegos para conserva mobilizava aproximadamente cinco mil famílias em Pelotas e outros municípios próximos, época em que a produção atingiu seu clímax, existiam 27 fábricas de conservas em funcionamento na sede do município e 22 no interior, sendo responsáveis por 90% do pêssego em calda produzido no país (GRANDO, 1990).

Salamoni (1993, p.31) destaca a cultura do pêssego como “um marco na integração da economia familiar ao capital industrial, encontrando alta receptividade

nas unidades familiares que buscavam uma nova atividade agrícola com demanda no mercado”. A autora ainda assinala que com a integração dos produtores à indústria, ocorreu uma significativa transformação nos padrões produtivos do espaço colonial pelotense, pois as atividades artesanais foram cedendo espaço às atividades modernas.

Entretanto, na década de 1980, a indústria conserveira de Pelotas começou a entrar em decadência, muito em função de uma diminuição do poder aquisitivo da população aliada à “pequena diversificação da produção e o deficiente relacionamento com o setor primário” (BEGNIS; ZERBIELLI, 2004, p. 123 e 124). Emergiram, muito em função dos problemas com a produção de banha, outras atividades produtivas como o fumo, figo, morango e aspargo, juntamente com a fundação de agroindústrias ligadas à fruticultura e à olericultura (GARCIA & SANTOS, 2005, p. 244).

Costa (2006, p.20) assinala que “a produção de fumo que já vinha sendo praticada em algumas propriedades, com amplo investimento das indústrias tabagistas ampliou-se vertiginosamente, especialmente nos municípios com maior índice de pequenas propriedades”. Garcia e Santos (2005) destacam que houve uma queda no crescimento econômico da agricultura em Pelotas, considerando como causa a abertura do mercado brasileiro na década de 1990, processo resultante da entrada de produtos estrangeiros muitas vezes subsidiados em seus países de origem. Assim, diante da concorrência, os produtos locais acabaram perdendo espaço, levando à falência várias agroindústrias.

Sobre um contexto histórico podemos destacar esse período como de retomada do setor de pequena produção, visto que com a emergência da indústria de conservas de pêssegos e, posteriormente, a indústria fumageira, ambas voltadas a difusão de tecnologias oriundas do período da revolução verde, a região já tinha perdido grande parte do seu espectro de pequenos produtores de gêneros alimentícios e também agroindústrias, visto que grande parcela de pequenos agricultores buscaram essa alternativa. É vista também dessa forma por Garcia e Santos (2005), onde os autores destacam essa emergência principalmente na região de Pelotas, a partir da negociação de novas tarifas aduaneiras, o que levou ao retorno de algumas agroindústrias, permitindo uma nova expansão da fruticultura (pêssego, principalmente). Há também uma retomada da produção de olerícolas (tomate, pimentão, berinjela) e frutas para a mesa. Da mesma forma permanecem em expansão as produções de leite e aves (GARCIA & SANTOS, 2005, p.245).

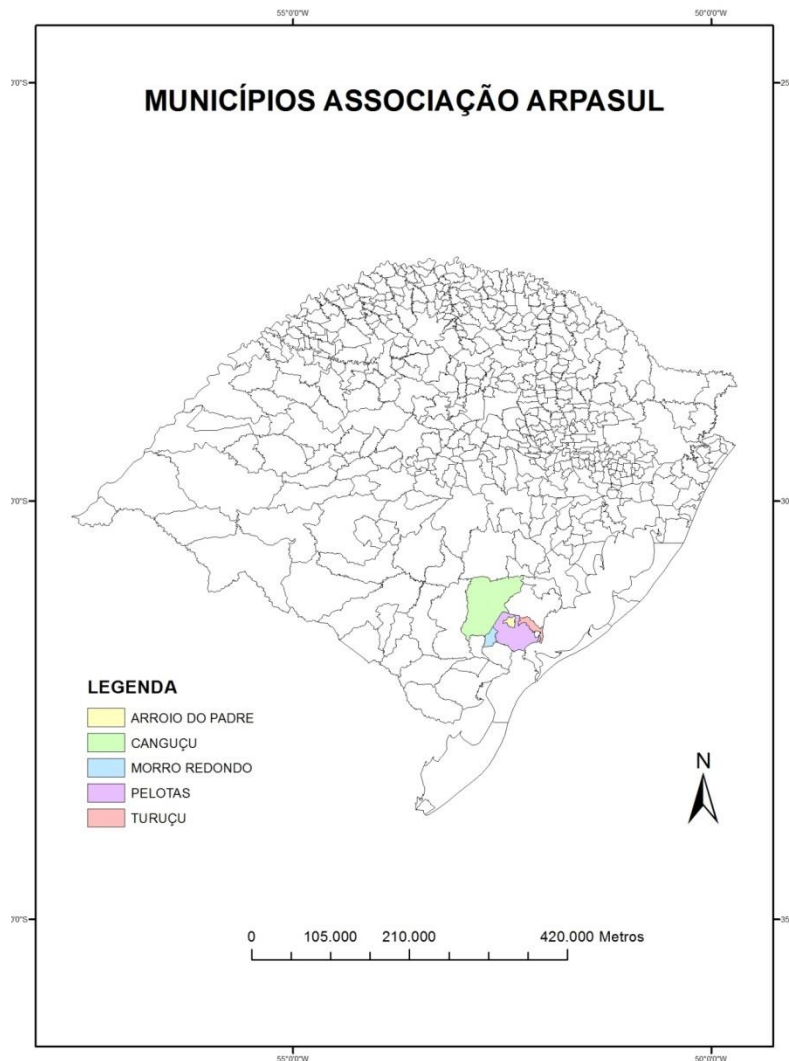
A produção agroecológica no município surge então atrelada as diferentes estratégias para a agricultura familiar e de adaptação ao mercado. Destacam-se também as atividades de turismo na busca de novas funcionalidades ao meio rural, em um município onde as atividades agrícolas sempre foram característica marcante. Assim o espaço rural de Pelotas e entorno aparece como uma conjuntura que vem passando por transformações oriundas do interesse e necessidade dos agricultores familiares em diversificar suas estratégias produtivas.

As primeiras iniciativas no sentido de discutir a agroecologia ao nível de comunidades rurais em Pelotas surgiram nos anos oitenta, protagonizadas pelas ONGs (organizações não governamentais) ligadas aos setores progressistas da Igreja Católica (Pastoral Rural) e Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (CAPA). Um grupo de agricultores realizou contato com outras realidades, buscando subsídios para a articulação de uma entidade deste gênero na região. Entre os precursores do movimento que acabou originando a ARPA-SUL, destacam-se Manoel Portantiolo, Clodoaldo Saraiva e Enio Nilo Schiavon, sendo este último o atual presidente da ARPASUL. Os três são ligados à Pastoral Rural, havendo recebido a assessoria do Engenheiro Agrônomo Marcelo Souza, na organização e assistência técnica aos feirantes-produtores. Entrevista realizada por Godoy, 2005.

4.1.1 Caracterização da associação ARPASUL

Sobre esse contexto que surge a Associação ARPASUL, criada em 1995, partindo de discussões referentes a produção e comercialização da produção de base ecológica no município de Pelotas e entorno. Sobre um contexto local, baseando-se em exemplos como do Centro Ecológico de Ipê em Antônio Prado e da Cooperativa Coolméia de Porto Alegre, um grupo de agricultores pertencentes aos municípios de Canguçu, Morro Redondo, Pelotas, Arroio do Padre e Turuçu chegaram à conclusão da necessidade de formação de uma associação de produtores dentro desse espectro de produção. No Figura 2 aparecem sob forma representativa dentro do mapa do RS os municípios que possuem sócios atuantes dentro da associação.

Figura 2 – Mapa dos municípios de participação da Associação ARPASUL



Fonte: Bando de dados IBGE. Elaborado pelo Autor.

A motivação inicial reuniu uma gama de justificativas, dentre as principais a motivação econômica, baseada numa perspectiva vigente em agricultura que vinha ganhando adeptos no país, somado a preocupação referentes as questões de saúde que já apareciam com destaque dentre os agricultores, revelado a partir das externalidade devido ao crescente uso de agrotóxicos na produção das culturas em destaque econômico na época, bem como a necessidade de eliminação do chamado atravessador.

Assim, no dia 15 de Setembro do ano de 1995 ocorre à fundação da ARPA-SUL (Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul), uma

associação independente, que tem por finalidade congregar os associados em torno dos princípios da agricultura ecológica, organizar a produção e viabilizar a propriedade rural, através da criação de canais e espaços para a comercialização da produção de seus membros. A assistência técnica, para a maioria dos produtores, ficou a cargo da Pastoral Rural da Igreja Católica e do CAPA - Centro de Apoio e Promoção a Agroecologia.

A associação teve seu início com 12 famílias, seu pressuposto ou objetivo inicial emerge da necessidade de eliminar o atravessador do processo de comercialização dos produtos, já que por ser o alimento orgânico mais caro, o processo de eliminação do atravessador seria uma questão de fundamental relevância a se tomar como essencial para uma conquista de mercado que fosse mais justa, tanto para quem produz como para quem consome.

O primeiro passo foi no sentido de encontrar um ponto de comercialização, assim foram pensadas inúmeras estratégias, como expressado por um dos agricultores, tratado como nosso informante qualificado dentro da associação, este que participou ativamente dessa etapa de fundação. “Teve bastante reunião para organizar a feira. Daí pensamos sobre a melhor maneira que a gente precisava para ter um ponto de comercialização... A maneira mais fácil, e mais viável, era o ponto de feira. Então a gente foi atrás da prefeitura depois para conseguir um ponto de feira e conseguimos esse ponto da avenida, para nós comercializar o produto orgânico e aí pegou-se a trabalhar, e fazer propaganda” (Agricultor e informante qualificado)

Escolhido e mantido até os dias de hoje, a feira presente na Av. Dom Joaquim em Pelotas atualmente é um dos 2 pontos utilizados para a comercialização desses agricultores, o outro encontra-se situado em Canguçu.

Os agricultores após definirem seu espaço de comercialização, começaram a traçar estratégias para suprir suas necessidades econômicas. Embora Pelotas fosse um importante centro econômico da região sul do Rio Grande do Sul, a associação enfrentou inúmeras dificuldades nos seus primórdios. Nosso agricultor chave comenta que foi muito difícil para alguns agricultores assimilarem esse contato direto com os consumidores, fato que gerou algumas desistências inclusive.

Alguns dos fatores que levaram a desistência destes associados referem-se à adequação as normas de necessidade, dificuldade na prática de comercialização no contato com o consumidor, entre outros fatos, que somados a resistência à transição, são apontados como alguns desafios para esse tipo de produção.

Vale lembrar que a associação não vende, ela prepara o espaço para a venda dos produtos ao consumidor. Nesse sentido ela visa ajudar sobre a busca de novos horizontes de mercado.

Atualmente a associação conta com 23 participantes, com a expectativa de entrada de mais cinco, o que representa um fator que é considerado fundamental pelo informante qualificado, indicando que a associação sempre estimula a entrada de novos associados. Dentro da associação existem diferentes formas de organizar as vendas e os tipos de produtos, questões que tratamos mais adiante.

A entidade possui estatuto e regimento interno, e desenvolve atribuições especiais mediante uma diretoria executiva e comissão de ética atuando mais no campo e a comissão de feira que atua sobre a organização do espaço dos produtos, como apresentação dos produtos e dos agricultores, organização dos preços que são equivalentes entre os feirantes regulando o preço. A associação ainda possui um fundo interno organizado pelos próprios agricultores para auxiliar na aquisição de materiais e outras finalidades. Esse fator indica que a associação incide sobre uma maior autonomia dos produtores, ao passo que estes conseguem se estruturar pelas próprias forças, com o mínimo de auxílio externo.

Mesmo após vários anos de criação poucos adentraram em seu universo, sendo a associação mantida com 80% de seus sócios fundadores. Esse fato pode estar diretamente ligado ao burocrático universo de adequação ao sistema de produção de base ecológica, que parte desde o processo de transição ou conversão, ou seja, uma adequação ao sistema até a certificação. Além disso, como destaca Gliessman (2001) a conversão para um manejo do agroecossistema fundamentado em princípios ecológicos resulta em um conjunto de mudanças na ecologia do sistema (Gliessman, 2001). Sendo assim o agricultor tem que adequar primeiramente a sua produção agrícola, para daí sim sobre uma consolidação, atingir a certificação para daí sim atribuir esse valor agregado a sua produção.

A associação tem como parceiros e assistência técnica, o CAPA como o mais influente, ainda contando com as parcerias das universidades da região, além de Embrapa e Emater. Todos os produtores cadastrados na associação possuem selo de comercialização o que facilita a confiança no tratamento com o consumidor.

Um fator que parece fundamental no que tange a consolidação da associação e seu caminhar prodigioso, são as reuniões que ocorrem ao final de cada encontro, na feira localizada na Dom Joaquim, com o sentido de sanar os problemas e desafios

encontrados a cada sábado. Um exercício que no entendimento dos agricultores facilita a organização. Esse local também é a sede da associação, justamente por um fator de otimização, ao passo que é no sábado que todos os produtores ou representantes familiares, marcam a sua presença.

Outro destaque de que todos os agricultores a partir dessa participação regular nessas reuniões suscitam a sua participação ativa e objetivo sobre os preceitos que atuam sobre o funcionamento da entidade.

A associação também estimula e organiza visitas fora do território dos agricultores, sob o contexto de conhecerem outras experiências, bem como apresentarem as suas.

4.2 Perfil das famílias estudadas pertencentes a associação

A primeira visão que se tem sobre a escolha ou permanência sobre alguma atividade de produção agrícola, sem dúvida é a perspectiva de retorno econômico, porém no caso da Agroecologia existe um componente somado que nem sempre visa em sua totalidade o lucro, podemos evidenciar isso inclusive nessa pesquisa. Os aspectos ligados a esse tipo de produção, reconhecida como agroecológica são de bastante relevância no sentido de evidenciar um modelo alternativo ao dito convencional, dentro da agricultura. Dentro desse espectro a atividade de produção mais ecológica revela um sentido de maior aprimoramento de técnicas dentro da produção, assim como vemos em Gliessman (2001), ajuda a desenvolver modelos para facilitar a produção ou o conhecimento sobre agroecossistemas sustentáveis.

Os agricultores por terem que se utilizar de um modelo que trata de uma visão maior sobre as dinâmicas espaço-temporais dentro da produção, acabam por desenvolver estratégias para relativizar essa dinâmica e adaptarem-se as conformidades atreladas a essa especificidade. Esse modelo de produção proporciona diversas considerações previstas aos agentes que o promovem, assim dessa forma veremos a seguir algumas questões que tratam da visão desse componente social dentro dessa especificidade de produção, em relação ao seu universo de relevâncias.

O sistema de produção agroecológico, tem como base os pilares da sustentabilidade (ecológica, econômica, social, cultural, espacial/geográfica). Partindo dessa visão, tal conceito remete ao estabelecimento das relações harmônicas entre o

homem e seu espaço natural, minimizando o impacto das atividades agrícolas no ambiente e ampliando os benefícios da agricultura para além do espaço rural.

A presente pesquisa visa reconhecer alguns processos dentro desse espectro de produção, sob a perspectiva de tecer algumas reflexões e discussões acerca dessa especificidade de produção. Para isso como já destacado anteriormente foram entrevistados um universo de 11 agricultores, representado o mesmo número de famílias, todos estes registrados na associação ARPASUL e que desenvolvem sua atividade de produção e comercialização em conformidade com a lei 10.831 de 2003 que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. O local de comercialização é na feira da ARPASUL, localizada no município de Pelotas/RS. Assim como pretensão inicial se pretende desenvolver uma correlação entre o perfil dos agricultores com esse modelo de produção, a partir dos dados coletados nas entrevistas, avançando posteriormente sobre os assuntos pertinentes.

No caso analisado, referente as 11 famílias, encontramos 35 pessoas envolvidas diretamente sob os processos de produção e comercialização, apenas desconsiderando aqueles idosos que já não se encontram em disposição ao trabalho.

De acordo com o diagnóstico do perfil dos feirantes estudados no Município de Pelotas/RS, o grupo apresenta faixa etária concentrada entre 40 a 60 anos, sendo o segmento mais representativo nessa faixa de idade. Diante desse perfil etário, surgem algumas questões como aqueles referentes à continuidade das unidades familiares no espaço rural brasileira.

Algumas questões como sucessão familiar, migração ou permanência das mulheres no campo aparecem com destaque, além é claro do envelhecimento da população no meio rural, neste caso, relacionado à agricultura, tema sempre recorrente e de suma importância.

O primeiro tema pertinente a se tratar recai sobre a permanência dos jovens na atividade agrícola, ou seja, sobre a perspectiva da sucessão familiar na agricultura. Em busca de um novo emprego, melhores salários, estudos e qualidade de vida, muitos brasileiros migram de um lugar para outro na tentativa de alterar suas vidas. Devemos destacar a representatividade de jovens que deixam o campo em busca de uma vida na cidade, quando se fala de famílias de agricultores, os filhos.

Dentro das famílias que desenvolvem essa atividade existem muitos fatores que implicam na baixa perspectiva de segmento dos filhos nessa atividade.

Como aparece em Brumer et al (2000) as perspectivas sobre a permanência dos filhos na atividade agrícola são dependentes principalmente das condições internas familiares, tanto econômicas como sociais, tais como: a) da viabilidade econômica do empreendimento, através da geração de uma renda considerada adequada pelos futuros agricultores, em comparação com as alternativas que lhes são oferecidas; b) da qualificação necessária para a integração do novo agricultor num mercado competitivo; c) das oportunidades e das estratégias de obtenção de rendas complementares às atividades agrícolas (pluriatividade), por um ou mais membros da família; d) das relações que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias; e) das relações de gênero, através das quais existem maiores ou menores oportunidades para as mulheres e das possibilidades de mudanças nas mesmas; f) da escolha profissional e valorização da profissão de agricultor relativamente a outras profissões, assim como da apreciação da vida no campo, em contraposição à vida na cidade, pelos novos agricultores. A sucessão é um processo.

Em muitos estudos são destacados que esses fatores se dão a partir de uma ausência de infraestrutura no meio rural, assim como destacam Barcellos e Mansan (2014, p. 201), “a questão da juventude no meio rural brasileiro perpassa pela vivência em um espaço socialmente desigual, com falta de acesso a bens e serviços, tensionado de modo geral por questões como a expansão indiscriminada do agronegócio, da concentração fundiária e da exploração socioambiental”.

Alguns estudos realizados no Brasil e América Latina por Abramovay e Camarano (1999) também evidenciam essa questão e chamam especial atenção para esse movimento, destacando que são os jovens os que mais deixam o meio rural, principalmente as mulheres, que também atingem maior índice de escolarização e qualificação para entrar no mercado de trabalho. (Abramovay e Camarano, 1999)

Sem aprofundar essas questões, destacamos um fato é que a permanência do jovem no campo, além desses fatores de atração, também depende muito das oportunidades que lhe seja possibilitada na questão do trabalho e renda, dentro da produção na propriedade agrícola.

No caso estudado, o que podemos comentar de início é que a quantidade de população jovem inserida sobre o nosso universo de experiências sobre as famílias vinculadas a produção agroecológica trazidas para este estudo, ainda se mostra mínima. Muito mais em função, talvez, da baixa natalidade do que propriamente ligado aos fatores de migração, pois quando questionado sobre a permanência ou saída de

jovens, foi atestado que houveram poucas saídas, e até se pôde constatar um retorno de jovens para a atividade.

Neste estudo, os números são favoráveis, pois em apenas 02 famílias, pudemos evidenciar a saída de jovens, deixando então a atividade ou o meio rural e, em 05 famílias, constatamos um retorno de jovens. Podemos dizer que, dentro das experiências pesquisadas, existem alguns casos de retorno de jovens para o segmento de produção ou em alguns casos um despertar para tal atividade, muito em função de melhores oportunidades de renda. Assim, sobre a questão da sucessão familiar dentre as famílias estudadas, podemos destacar boas prerrogativas, já que em quase todas as famílias que possuem progenitores, a indicação sobre a permanência de jovens ou retorno foi revelada como promissora.

Sobre a expectativa de que tivessem sucessores para a atividade, os entrevistados indicaram que se mantinham muito otimistas, em razão dos filhos descreverem para os pais, que podiam enxergar um futuro plausível no universo da produção agroecológica. Um fato interessante ainda é que nesse universo dos estudados, pode se constatar que alguns jovens ainda estão buscando estudar ou se especializar, dentro desse do segmento da produção agroecológica. Vimos então que dentre as famílias estudadas, a grande maioria dos jovens não abandona a agricultura, alguns até retornam como já indicamos.

A questão da permanência das mulheres na agricultura também merece ser destacada, conforme indica LISBOA (2007) As principais causas das migrações estão ligadas à luta pela sobrevivência, oportunidade de trabalho e estudo e conquista da independência em relação à opressão e à violência. A representatividade das mulheres no nosso estudo se mostra positiva, visto que dentre as famílias destacadas, revelou-se uma participação de quase 70% entre o total de pessoas dentre todas as famílias. Sabemos da importância das mulheres dentro da agricultura e nessa concepção da Agroecologia e principalmente da venda direta pudemos evidenciar que as mulheres desempenham um papel ainda maior, apresentando um destaque além daquele clássico de dupla jornada de trabalho, com um maior destaque ainda na comercialização, o que veremos mais à frente.

A preocupação sobre o envelhecimento no campo merece destaque, e sobre essa questão permeia uma atenção especial, principalmente porque reflete diretamente sobre a questão da mão de obra, além de estar lado a lado com a questão da sucessão familiar, quanto à perspectiva futuras de gerenciamento da propriedade.

Ao relevar os dados gerais das famílias através das entrevistas, se pode perceber, que as mesmas se mantiveram estruturadas e até revelaram um retorno de familiares, principalmente após adentraram nesse sistema de produção. Isso se revela em algumas famílias pesquisadas, onde cerca de 40% delas ainda tiveram essa reaproximação familiar através do retorno dos filhos e ou cônjuges destes. Os próprios agricultores destacam a importância desse modelo de produção como fator principal de atração, relevando os aspectos econômicos positivos como atrativo bastante relevante. Porém ainda dentro do universo estudado em 02 famílias foi possível constar a impossibilidade de sucessão, por não haverem jovens envolvidos, portanto sobre essas famílias essa questão do envelhecimento deriva de extrema preocupação.

Outra questão importante que desperta o assunto sobre a manutenção da estrutura familiar, é a mão de obra, pois sabemos que esta é um fator fundamental sobre a produção agrícola. A agricultura familiar vem de um período longo de êxodo rural, dessa forma se vê como de suma importância uma análise sobre essa questão, visto que as políticas públicas ainda possuem foco no crescimento industrial, ocasionando uma sensível redução da força da mão de obra do setor agrícola.

No nosso caso estudado essa questão foi percebida sob uma perspectiva bem positiva, onde dentro desse universo, se pode perceber que, sobre a questão da mão de obra nas propriedades dos feirantes estudados, a maior parte possui mão de obra familiar bem composta. Na maioria das propriedades, conta-se com 03, 04 ou mais pessoas participando da atividade. Pudemos constatar inclusive, que na maioria dos casos todos os integrantes se ocupam da produção. Os resultados dentro do nosso estudo apontam para uma mão de obra exclusivamente familiar, como já era esperado, pelas similaridades entre agricultura familiar e agroecológica. Em apenas em 02 propriedades encontramos mão de obra contratada, por safra, sobretudo porque essas propriedades já desenvolvem atividades de agroindústria. Nesse sentido cabe destacar que no universo das famílias estudadas, a participação desses integrantes familiares passa por todas as fases da produção, inclusive na comercialização.

Outra questão que merece destaque é a área física dessas unidades familiares, do qual derivam várias relevâncias a serem discutidas, pois essa é a base onde se assenta a produção. Sobre as propriedades envolvidas no estudo, visualizamos que as áreas das propriedades correspondentes aos nossos entrevistados não possuem

uma área representativa. Dessas, 05 unidades apresentam área de 0,1 a 10 hectares, sendo que deste total, 01 unidades possui área menor que 01 Hectare, 05 unidades entre 11 e 25 Hectares e somente uma propriedade possui área acima de 30 Hectares, não sendo encontrada nenhuma unidade de produção que ultrapassasse os 40 hectares. Esta característica de pequena propriedade favorece um melhor controle sobre o agroecossistema, podendo haver uma maior facilidade sobre uma apreensão dos princípios destacados pela Agroecologia. Uma questão que favorece melhores pretensões sob o âmbito da produção é de que todos os agricultores inseridos possuem propriedade própria, caracterizando uma importante autonomia desses produtores.

4.3 Aspectos ligados à produção dentre os entrevistados

No que diz respeito aos aspectos ligados a produção agroecológica, entre muitas coisas destacam-se as variações de tempo desde a adoção ou transição para esse sistema de produção, até a sua consolidação como prática. Através desse nosso estudo, destacamos o tempo dedicado a esse tipo de produção, onde dentre os entrevistados, podemos perceber que todos os produtores trabalham há 05 anos ou mais com a produção agroecológica.

Da totalidade dos 11 entrevistados, 01 desenvolve atividades há 05 anos; 01 a 17 anos; outros 08 produtores já trabalham há 20 e 24 anos; e 01 produtor destacado como pioneiro na região, que trabalha com a produção de base agroecológica há 26 anos. Percebemos através destes dados que a maioria dos agricultores já possui experiência nesse modelo de produção, destacando-se que a grande maioria supera 15 anos de experiência na atividade. Essa questão representa que dentre os pesquisados já há uma adequação desses agricultores a esse sistema de produção, revelando uma consolidação evidente sobre os moldes da agroecologia, uma contrapartida a favor desses agricultores, que demonstram êxito nesta perspectiva de produção. Entretanto, isso também revela minimamente uma estagnação vinculada com a adoção desse sistema por mais famílias, visto que a grande maioria já possui mais de 20 anos de experiência, o que indica que apenas 02 famílias adentraram nesse modelo de produção após aquele movimento inicial, do final da década de 90.

Essa questão também desperta a atenção para os problemas encontrados quando o assunto é a inserção nessa produção. Tal referência foi destacada na

entrevista com o agricultor chave, que passou por todas as fases da produção agroecológica no município e região, onde o mesmo destacou as dificuldades que se apresentam para a adoção desse sistema, como inúmeros entraves dentro desse processo de inserção. Essas e outras que virão a serem destacadas posteriormente no tópico referente às dificuldades ligadas a esse tipo de produção, em são apresentadas aquelas reveladas dentro do nosso estudo, sobre os processos de transição, aspectos burocráticos de adequação, entre outros...

Podemos destacar também que essas propriedades agrícolas que se encontram a um longo tempo dedicado a esta prática, revelam um alto potencial sobre a realização de estudos técnicos relativos, tanto na área da Agronomia, Ecologia, Biologia, entre outras disciplinas, visto que existe uma maior consolidação desse sistema nessas propriedades, aparecendo assim a possibilidade de utilização desses espaços como lócus de estudo, com destaque para a utilização ou criação de tecnologias representativas.

A seguir veremos algumas imagens representativas à sistemas de produção agroecológica, demonstrando técnicas utilizadas dentro dessas propriedades, demonstrando o cultivo em estufas como adequação aos fatores climáticos e a associação de culturas.

FIGURA 3 - sistemas de produção agroecológica em algumas propriedades agrícolas de associados pertencentes à ARPASUL.



Fonte: Acervo Queli Rejane da Silva Konzgen.

Numa produção agroecológica, entre muitos fatores que merecem destaque, e são sem dúvida a marca principal dessa atividade, é o fator da diversificação de produtos e culturas agrícolas em uma mesma propriedade, além é claro das técnicas utilizadas, como rotação de culturas com áreas de descanso ou pousio, adubação verde, aproveitamentos de materiais, como esterco, consórcios de plantas, quebra ventos, etc...

Dentre as famílias estudadas, podemos evidenciar essa diversificação no que corresponde a produção, podemos destacar como base a horticultura, seguindo a produção de grãos, fruticultura, ovos, mel, poucos derivados do leite, pães, bolos e

doces. A produção no sentido prático evidenciado pelo estudo obedece também em algum sentido as experiências já desenvolvidas a partir do convívio com o consumidor, reformulando a própria lógica do produtor em conformidade com as expectativas dos consumidores. Um exemplo é caso do alho poró, pouco utilizado dentre os agricultores, mas que se destaca pela grande procura dos consumidores, além de outras adequações ou adaptações, como o processamento dos produtos, na confecção de kits para sopa, além daqueles que revelam uma boa aceitação e se destacam até como novidades, é o caso do caldo de cana, produção de flores, plantas aromáticas, entre outros.

Os derivados de animais, embora não sendo comercializados na feira, fazem parte do consumo das famílias estudadas, pois acabam barrados pelas normas sanitárias que impossibilitam a comercialização nas feiras livres. Mesmo assim sempre derivam certo contingente da produção. Dessa forma a produção segue diversificada, mas em constante adaptação a recíproca do consumidor.

Um ponto importante a ser destacado sobre a produção é o aspecto econômico, um dos pilares importantes revisados sobre os preceitos da Agroecologia. No universo dos entrevistados, todos revelaram que obtiveram melhorias financeiras consideradas, a partir da inserção a esse modelo de produção, fator esse que influencia diretamente sobre as possibilidades de aperfeiçoamento desse segmento produtivo. Todos os agricultores ou famílias indicaram inclusive, que conseguiram tecnificar-se em prol de estruturas que aprimorassem a produção, como lonas, estufas, sistemas de irrigação, maquinário, etc, demonstrando uma capitalização financeira evidente, após a inserção das práticas agroecológicas.

Embora tenham surgido ultimamente algumas cartilhas que dão conta de promover e acompanhar esse segmento de produção, como o PLANAPO, os agricultores estudados revelaram que não recebem auxílio de serviços sociais, exceto um dos grupos que participam da associação e da feira, o grupo da localidade do Remanso de Canguçu, que citou a contemplação de um caminhão recebido do fórum da agricultura familiar¹⁴. Esse fator remete a consideração de que os agricultores, por já possuírem uma longa experiência conseguem desenvolver suas atividades sobre

¹⁴ Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul é um espaço de discussão e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável do território rural do Sul do RS formado por diversas entidades e organizações da sociedade civil e dos poderes públicos municipal, estadual e federal representativas da agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária, pesca artesanal e movimentos sociais deste território.

pouca intervenção do Estado. Aqui cabe mencionar a importância da associação sobre essa o processo de construção dessa autonomia, pois a associação mediante a sua constituição ao longo do tempo, pode amparar esses produtores a partir das parcerias técnicas e participações importantes de ordem financeira, inclusive uma base importante idealizada pela associação em conjunto, foi a criação de um banco interno que funcionasse em prol das necessidades despertadas pelos associados.

Cabe destacar que quando se trata da questão financeira, pensa-se nas possibilidades de lucro ou renda da produção. Os entrevistados ao serem questionados sobre a influência da renda da produção (sem entrar em detalhes sobre os valores) revelaram quase que em sua totalidade, que se utilizam dos lucros oriundos da produção como seu meio principal de geração de renda. Sobre o total das famílias estudadas, em apenas 03 famílias existem fatores de renda extra, sendo que em 02 dessas, existe uma complementação decorrente de dependentes pensionistas, em famílias separadas e, ainda 02 casos de aposentadoria, um casal de idosos em uma mesma família. Além disso, como atividades de complementação de renda nas famílias, em apenas 01 apareceu a atividade de turismo.

Tal orientação remete a devida importância desse segmento de produção para as famílias presentes em nosso estudo, que dependem de uma boa gestão da sua propriedade sobre todos os aspectos, pois identificamos que dessa relação com produção encontra-se o subsídio fundamental responsável pela reprodução social e econômica destas famílias. Dentro do universo pesquisado, também pudemos evidenciar que todos os agricultores possuem propriedade própria.

No universo de estudo, um agricultor, arrenda outra propriedade com a finalidade de produzir soja, que se caracteriza por ser uma cultura atrativa financeiramente, com a intenção de retorno financeiro em curto prazo. Esta é uma questão que revela uma divergência entre uma concepção conceitual e prática, quanto a viabilidade da produção agroecológica, onde o agricultor desenvolve estratégias para se inserir neste modelo, pois este pode sofrer durante esse período de transição, obrigando-o a buscar fontes alternativas de recursos que possam auxiliar na sua economia. Muitas vezes também esse é o principal fator que pode levar a desistência desse agricultor(a) que não consegue se adaptar ao retorno mais lento e gradual oferecido pela produção agroecológica. Atenta-se com destaque mais uma vez sobre o processo de transição e suas especificidades, pois como indicam Altieri (1989; 1998) e Gliessman (2000), que indicam esse tempo, como processo gradual, contínuo e

multilinear, apresentando diferentes níveis e graus de complexidades que são inerentes às situações específicas vivenciadas pelos agricultores. Daí a dificuldade em adaptar-se a esse segmento.

No que tange a satisfação sobre essa especificidade de produção, dentro do universo investigado, a resposta foi unânime, todos os entrevistados demonstraram-se amplamente recompensados pelo modelo de produção a que se utilizam.

A partir dessas visões iniciais podemos evidenciar que os agricultores estão totalmente adequados a esse tipo de produção, mas são também bastante dependentes de atividades mais tradicionais. Estes em sua maioria revelaram que não possuem acesso a serviços sociais, ou pouca dependência. Dessa forma são eles que desenvolvem as suas próprias estratégias de articulação, mediados pela ajuda dos técnicos. Além de tudo dependem do cuidado sobre a manutenção ou vigência dos seus canais de comercialização, as feiras livres. Em suma a produção agroecológica tem sido crucial para estas famílias, pois como previsto revela-se unanimemente entre os entrevistados, que dependem exclusivamente dessa atividade principal para o desenvolvimento das suas famílias e propriedades agrícolas.

Com base nas experiências estudadas nessa pesquisa participamos também na questão sobre as particularidades que influenciaram na inserção dos entrevistados na produção agroecológica. Sobre as menções mais representativas para a adesão a estas práticas estão à intoxicação por venenos, a partir de casos já conhecidos e até sofridos por alguns agricultores que participaram dessa pesquisa.

Sobre uma análise dos fatores que motivaram e instruíram essas perspectivas, uma forte influência sobre o processo de inserção de alguns agricultores, foi o convite de amigos, que promoveram reuniões que visavam referenciar e exemplificar experiências já existentes, estas fundamentais sobre a mudança de lógica desses agricultores. Projetos de assistência técnica e facilidade de adequação ao tipo de produção, também foram destacados pelos entrevistados, onde a opção mais referenciada foi o fator de influência derivado pelo modelo de produção já existente na propriedade, cabível a transição por serem facilmente adaptáveis, o que ocorreu em quase 1/3 das famílias estudadas. Também há que se destacar que mais da metade dos produtores migraram de outras culturas ligadas ao agronegócio, como aqueles oriundos da produção de fumo, recorrendo à transição total.

A intoxicação por veneno, ou conhecimento de casos referentes a essa questão, como já dissemos é a maior influenciadora desse movimento, e merece

destaque fundamental na análise, visto que indica um dos principais problemas discutidos na agricultura e também se soma ao principal argumento frente a necessidade de obter futuramente a ideia sobre a necessidade de uma produção mais limpa. A visão dos agricultores indica que estes casos são reais e atuam diretamente em suas vidas, fato que às vezes se torna esquecido quando muitas vezes esse assunto recai apenas sobre questões técnicas na produção, sem levar em conta a vida e a saúde daquele que produz. Sobre essa questão podemos visualizar alguns exemplos sobre inúmeros estudos, alguns inclusive enumerando casos de intoxicações, trazendo mapas de casos, o que indica que esse fato é real. Podemos encontrar mais sobre esses casos nos sistemas de registros de intoxicações por agrotóxicos, a saber: o SINITOX¹⁵, o SIH/SUS¹⁶, ao SINAN¹⁷ e, para dados de mortalidade, o SIM¹⁸.

Outra versão sobre a inserção a esse modelo foi o convite de amigos e reuniões que motivaram a adesão, o que reforça a importância de disseminação dessas experiências. Podemos destacar o pioneirismo de alguns agricultores e técnicos já citados anteriormente, que vivenciaram algumas experiências já realizadas como em outros lugares sobre esse tipo de produção e trouxeram para o seu universo de convivência, experiências já apoiadas, pelo CAPA¹⁹ por exemplo, no município de Ipê/RS, considerado um dos pontapés iniciais da Agroecologia no Rio Grande do Sul. Aliás essa instituição segue até hoje de forma ativa, contribuindo tanto na fomentação das experiências em agroecologia, como na assistência técnica para as famílias que atuam nesse sistema.

A participação do CAPA também foi citada e destacada por todas as famílias como fator primordial de importância no que tange a assistência técnica,

¹⁵ Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas - registros de intoxicações obtidos. O SINITOX é atualmente composto por 36 Centros de Informação e Assistência Toxicológica (CIT), localizados em 19 estados brasileiros e também no Distrito Federal.

¹⁶ Sistema de Informações Hospitalares - Morbidade Hospitalar do SUS por causas externas e por local de residência.

¹⁷ Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Tradicionalmente direcionado para doenças transmissíveis, nos últimos anos vem sendo utilizado para alguns agravos não transmissíveis, como as intoxicações por agrotóxicos.

¹⁸ Sistema de Informação sobre Mortalidade.

¹⁹ O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) é uma organização da sociedade civil, vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, com atuação nos três estados do sul do Brasil – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Criado em 1978, iniciou suas atividades em 15 de junho de 1979, na cidade de Santa Rosa (RS), com o nome de Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor.

permanecendo desde sempre como uma parceria forte para os agricultores e associação. Além desses auxílios técnicos foram citados dentre os pesquisados a importância sobre o acompanhamento do grupo que está inserido, no sentido de ajuda mútua desenvolvida, representando estratégias de cooperativismo na prática. Algumas parcerias também aparecem como importantes em algum dado momento, como a Embrapa e Emater, também destacadas pelos entrevistados. Uma proposição que merece destaque em nosso estudo é de que aquelas famílias que foram adentrando posteriormente na produção, motivadas pelas experiências já consolidadas, hoje se dizem especialmente muito satisfeitas com o modelo adequado, tendo perspectivas de progresso ainda maior.

Outra questão importante que merece aqui ser destacada, é o fator do escoamento da produção, que dentre todos aqueles estudados foi revelada, sendo feita exclusivamente nas feiras, revelando a importância desse canal de comercialização, conquistado e mantido muito pela representatividade da associação e dos agricultores, que já se encontram naquele espaço há bastante tempo, respondendo pela gestão deste espaço de comercialização, assim como pelas etapas que envolvem a logística de funcionamento do ponto de vista da coleta dos produtos junto às propriedades, transporte e trabalhos manuais desenvolvidos, demonstrando um princípio de cooperação entre os agricultores e também um contexto de estratégias para estes agricultores, na medida em que organizados em grupos, podem diversificar a oferta de produtos oferecidos.

A organização no sentido de diversificação da produção ocorre nesses grupos organizados pelas localidades, onde através de uma auto-organização os produtores se complementam no sentido da diversificação dos produtos oferecidos à comercialização, ou de forma autônoma representando a própria família como uma empresa. Por se tratarem na grande maioria de produção bem diversificada os agricultores vão criando suas dinâmicas de produção, obedecendo a sazonalidade de alguns produtos, utilizando técnicas para produção daqueles que são mais requisitados o ano todo e estão no gosto do consumidor, como tomate e pimentão, se utilizando de estufas.

Sobre uma atribuição prática percebeu-se através da pesquisa a importância do conhecimento do produtor frente às preferências do consumidor, devendo sempre estar atento e adequado à demanda do consumo, por muitas vezes adequando aos significados trazidos pelo consumidor.

Neste universo de produção, basicamente tudo que se produz é consumido e comercializado, evidenciando mais uma vez uma estrutura que mantém a subsistência e ainda com um excedente considerado para a comercialização. Os produtos são comercializados dentro do espaço da feira, exceto obviamente quando esta ocorre diretamente na propriedade, já que muitas recebem visitas de pessoas que vão atrás dessas experiências de produção. Esta é outra peculiaridade constatada, referente às experiências consolidadas na produção de base ecológica, uma atração principalmente de pessoas do mundo acadêmico, além de turistas, que partem atrás dessas experiências justamente por serem alternativas interessantes dotadas de princípios e significados, que muitas vezes se encontram no centro dessa curiosidade.

Uma questão que também merece ser lembrada, pois já tratamos aqui brevemente, é que pelo menos em um terço das famílias, os jovens que permanecem na atividade estão buscando profissionalizar-se na área, buscando cursos de Nível superior e técnico, como agronomia, agroecologia, atuando assim no aperfeiçoamento de técnicas sob o intuito de aplicação nas suas propriedades. Vinculadas a essas possibilidades, na região, existem além da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, o CAVG que tem cursos a nível técnico, ambos em Pelotas, a EFASUL – Escola Familiar Agrícola do Sul, localizada em Canguçu e que abre espaço para esse viés, além do curso de Agroecologia pertencente a FURG, que tem sua localização no município de São Lourenço do Sul.

Cabe destacar também a participação dos movimentos sociais que atuam nas premissas da Agroecologia e que muitas vezes ajudam a disseminar técnicas e popularizar o consumo entre a população, além de prestarem ajuda em mutirões articulados nas propriedades e também sobre a comercialização.

4.4 Aspectos ligados à comercialização dentre os entrevistados

Os aspectos ligados à comercialização aparecem como de suma importância, para uma análise sobre as complexidades que existem atreladas a esse segmento de produção, já que dentro desse processo ocorre o escoamento da produção.

A primeira questão a se destacar antes mesmo de adentrar na discussão sobre os processos de da comercialização, se trata da questão normativa, pois tal atividade como a produção agroecológica, pois daí parte o asseguramento dessa especificidade de produção. Fazemos referência a lei 10.831 que conceitua a produção orgânica no

Brasil, objetivando principalmente a oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais, a preservação da biodiversidade dos ecossistemas naturais e a recomposição da biodiversidade de ecossistemas modificados (Brasil, 2003). A Lei define como produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, processado ou in natura, aquele proveniente de sistema orgânico de produção agropecuário ou obtido de processo extrativista sustentável e não danoso ao ecossistema local, cuja comercialização só poderá ocorrer mediante sua certificação por entidade reconhecida oficialmente, exceto quando comercializados diretamente aos consumidores por agricultores familiares, que possuem certificação facultativa, devendo apenas ser cadastrados junto ao órgão fiscalizador. A IN no 16, de 11 de junho de 2004, normatizava todo o referido processo até a regulamentação da referida lei (Brasil, 2004a). A Lei no 10.831 foi regulamentada pelo Decreto no 6.323 de 27 de dezembro de 2007, que além de conceitos, diretrizes e disposições gerais sobre as relações de trabalho na agricultura orgânica, também regulamenta a avaliação da conformidade atribuída a órgãos que constituem o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica-SisOrg (Brasil, 2007; Saminêz et al., 2008). Assegurando ao consumidor a qualidade do produto diferenciado (orgânico), seja por meio de auditoria externa ou por mecanismos de controle participativo (controle social), deixando o Brasil em destaque no cenário internacional (Bianchini e Medaets, 2013).

O agricultor precisa estar de acordo com essas especificidades descritas em lei para estar apto a obter um certificado de comercialização, este que é um fator essencial para a atuação sobre o processo de comercialização, pois esse certificado reconhece essa especialidade de produção, se mostrando inclusive, como determinante no sentido de competição de mercado, pois a partir dessa conformidade também surge uma concepção de valor agregado ao produto, relevando as suas características elementares sobre uma alimentação saudável.

Para que possam comercializar seus produtos no Brasil como "Orgânicos", os produtores devem se regularizar de forma a 1) Obter certificação por um Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; ou 2) Organizar-se em grupo e cadastrar-se junto ao MAPA para realizar a venda direta sem certificação. Nesse caso como a comercialização agroecológica é feita exclusivamente nas feiras, enquadra-se como direta ou institucional, cabendo aos produtores formar uma Organização de Controle Social - OCS. Dessa forma, o produtor deve apresentar um

documento chamado Declaração de Cadastro, que demonstra que ele está cadastrado junto ao MAPA e que faz parte de um grupo que se responsabiliza por ele. Neste caso, somente o produtor, alguém de sua família ou de seu grupo pode estar na barraca, vendendo o produto. Essa declaração deve ser mostrada sempre que o consumidor e a fiscalização pedirem. Sobre o universo pesquisado todas as famílias encontram-se devidamente regularizadas e aptas as particularidades envolvidas dentro desses processos.

Essa questão incide sobre o estabelecimento da confiança, que é de suma importância, pois esse produto detém um valor agregado confiado a sua produção diferenciada, e sendo assim a produção necessita estar previamente em conformidade com a lei.

No nosso universo estudado pudemos perceber que a associação tem papel fundamental sobre esse estabelecimento, pois esta atua de forma conjunta sobre o processo de organização da comercialização. A associação visa atuar sobre um bom funcionamento dentro dessa estrutura de organização, garantindo a atuação como reconhecimento e legitimação sobre a venda desses produtos orgânicos, que com a briga pelo seu reconhecimento como produto diferenciado, acabou herdando essa ambivalência de ter que sempre provar a sua legitimidade, mediante falseabilidade confiada a atribuição de diferenciação sobre o produto.

Cabe-se novamente ressaltar aqui a relevância a comercialização das nas feiras, como sendo a primordial fonte de renda dessas famílias, revelando também a venda direta como a principal estratégia para a comercialização. Na figura 4, apresentam-se imagens ligadas a comercialização e a feira da ARPASUL, mesmo local de estudo e realização das entrevistas.

Figura 4 –Comercialização na Feira da Arpasul.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Sobre o universo da comercialização destacamos primordialmente aquelas visões mais atribuídas ao sentido dado pelos próprios agricultores sobre esse processo. Uma das coisas a serem destacadas sobre a comercialização é a experiência vivenciada através do convívio com o consumidor, revelada pelos agricultores. Eles vão detectando o que mais é consumido e em qual proporção, adequando assim a este sentido, suas estratégias de produção e comercialização. Um exemplo é a busca pelo consumo de alguns produtos ou outras partes dos produtos que fogem um pouco das características de consumo de quem produz. Por outro lado, os agricultores também propõem alguns tipos de produtos diferenciados,

como criação de alguns subprodutos não convencionais ao consumo, como farinhas de frutas, utilizadas como suplemento vitamínico e comercialização de vegetais nativos, não tão tradicionais, venda de flores nativas o que também é uma novidade bem aceita e que também insere novas características de consumo, ao passo que as flores tradicionais de comércio são aquelas exóticas, muito mais complicadas de se produzir. Existe também a venda de ervas sob a finalidade aromática ou fitoterápica, como destaque dessa comercialização, revelando um conhecimento prévio estabelecido pelos produtores.

Na verdade o que se estabelece é uma troca de alguns aspectos culturais, onde num sentido o agricultor vai desvendando aquilo que mais agrada o consumidor, de modo que a resposta ou prioridade questionada pelo consumidor serve para o agricultor otimizar a sua produção, ao passo que este vai criando outras alternativas para vincular-se cada vez mais ao agrado do consumidor. Outra alternativa, desenvolvida a partir desse contato é o da venda de cestas, onde o consumidor previamente indica suas preferências e em acordo com o produtor retira os produtos já separado em conjunto, eliminando o tempo de escolha dos produtos. Essa versão aparece como representando uma atividade de consumo interessante, visto que muitas vezes o consumidor não tem tempo para permanecer na feira e sendo assim esse processo otimiza a venda dos produtos.

Um aspecto saudável dessa relação direta revelada pelos agricultores é a relação que se estabelece entre o produtor e o consumidor, revelada pela maioria dos estudados como ótima e enriquecedora, num sentido que favorece a confiança necessária para compreensão sobre o valor do produto, tanto no aspecto econômico, como no aspecto social e ambiental. Destacamos também como dito anteriormente a importância fundamental das mulheres dentro desse processo, demonstrando a responsabilidade de representar as famílias, visto que em todas as bancas dessas famílias existem mulheres atuando na comercialização.

A questão destacada pelos agricultores que se estabelece frente ao consumidor é enfatizada por todos os entrevistados, como muito boa e construtiva, no sentido de criação de laços, de certa forma influenciando sobre questões relevantes a fidelidade dos consumidores que sempre voltam, retornam, conforme indica a maioria. Também foi indicado pelos pesquisados, que os consumidores em suma revelam uma certa frequência regular na feira estudada, girando em torno dos mesmos, revelando

uma regularidade, muito embora que sempre apareçam novos consumidores e de todos os lados da cidade, como eles mesmos indicam.

Aqui cabe mencionar algumas considerações sobre o perfil dos consumidores, revelado apenas sobre a versão dos comerciantes, onde foram indicadas algumas percepções.

A maioria dos agricultores afirmam, que esse consumo advém das classes mais altas, porém outros indicam que há uma mescla entre as classes dentro desse consumo, quando indicam que um dos fatores primordiais pelo consumo é a qualidade do produto, visto inclusive como diferencial no sentido de prevenção de doenças. Esse fator aparece como crucial sobre o consumo das pessoas com médias de idade mais altas, demonstrando a particularidade das atribuições ligadas a importância de se consumir um produto mais saudável que colabore com as suas perspectivas de vida. Dentre os mais jovens, esse consumo foi detectado pelos feirantes, atribuído às preocupações recorrentes ao meio ambiente e ao consumo consciente.

A partir da visão dos feirantes, nota-se também que esse tipo de consumo é bastante difundido no meio acadêmico, ao passo que estes notam que existe um grande contingente de consumidores desse meio.

Uma questão que aparece muitas vezes destacado pelos feirantes, é o aumento que vem ocorrendo sobre o consumo, revelado pela quantidade de produtos consumidos, fator esse que demonstra o progresso desse segmento, embora que ainda permeiem sobre esse universo de produção alguns desafios, como veremos em seguida.

4.5 Principais desafios ligados à produção agroecológica

Um tema recorrente mediante a tentativa de destacar esse tipo de produção é o de obter uma noção sobre os desafios, e perspectivas encontradas nesse segmento de produção pelos agentes que o praticam.

Dentro dessas questões, mediadas pelas informações reconhecidas com o auxílio das entrevistas, começamos tratando das questões que se destacam mediante uma perspectiva dos desafios encontrados de uma forma geral, pensando em todas as fases da produção agroecológica.

Os fatores climáticos obviamente apareceram em destaque, períodos de seca e vendavais, granizo etc. Alguns agricultores consideram ainda que existem

alterações climáticas mediante uma comparação ao passado, mediante seu conhecimento, destacando por exemplo, a alta amplitude térmica como fator que aparece mais marcante atualmente. Muito embora os agricultores destacaram que já dispõem de suas estruturas adaptadas a esses fatores, como presença de sombrites, utilização de estufas, além inclusive de algumas técnicas, desenvolvida em conjunto pelos agricultores e técnicos, como a prática em Agrofloresta²⁰, técnica de cultivo que entre outras coisas, ajuda a minimizar as ações das intemperes sobre a produção.

Fatores como a temeridade quanto às incertezas sobre o futuro pairam sobre as expectativas dos estudados, é bem verdade que essa concepção pode estar ligada aos âmbitos eleitorais, ao passo que sobre um futuro político projeta-se uma gestão que enxugue recursos e atue pouco sobre a questão agrária, principalmente diminuindo a centralidade de importância a agricultura familiar conquistada com a última gestão do país.

Questões como a sucessão familiar, imbricadas a mão de obra e reprodução social das famílias, ainda são o centro da preocupação, muito embora que dentro do universo estudado percebemos uma sensível diferença, para o lado positivo, o que nos leva a vislumbrar uma boa expectativa de futuro tanto para estes agricultores, dentro do modelo de agricultura que estes praticam.

Também aqui em diante destacamos algumas importantes questões que foram elencadas e merecem uma reflexão mais profunda, no que tangem relevância quanto a continuidade da prática desses agricultores, destacada dentro do universo dessa pesquisa.

A primeira delas é sobre a questão da produção de sementes, pois como nos indica Barbosa et al. (2010), por intermédio das sementes crioulas é possível preservar a agrobiodiversidade, o equilíbrio e a qualidade das plantas. Apesar de conhecermos a importância clássica da agricultura familiar sobre a manutenção das sementes crioulas e melhoramento natural sobre a genética dessas culturas, há que se tenha que discorrer sobre o modo de vida que vem se alterando também dentro dessa categoria, ao passo que alguns serviços já perpassam pela necessidade de terceirização, muito em função da dificuldade que esses trabalhadores apresentam

²⁰ A Agrofloresta é um sistema de produção que imita o que a natureza faz normalmente, com o solo sempre coberto pela vegetação, muitos tipos de plantas juntas, umas ajudando as outras, sem problemas com “pragas” ou “doenças”, dispensando o uso de venenos. Nos Sistemas Agroflorestais, encontramos uma mistura de culturas anuais, árvores perenes e frutíferas e leguminosas, além de criação de animais e a própria família de agricultores, em uma mesma área.

em lidar com esses aspectos, onde que além de produzirem o alimento, foram adquirindo ao longo do tempo a função da comercialização, que envolve muitos outros processos. Assim existe uma dificuldade em conseguir produzir mudas e sementes, questão evidenciada por alguns agricultores.

São raras as produtoras de semente e mudas, ainda mais que atuem em conformidade com essa lógica de produção, por isso essa questão merece a atenção, pois como podemos perceber e, também aparece destacado pelos agricultores, à produção e o consumo vem crescendo progressivamente, ficando cada vez mais complicado e árduo o trabalho para gerenciar mudas e sementes, prática essa que historicamente é mantida pelos agricultores. Vemos também dessa forma que existe um importante campo de pesquisa a ser explorado sobre essa questão, além de ser um ramo interessante com boas perspectivas futuras.

A questão dos insumos também merece destaque no sentido de que o agricultor com esse modelo de produção precisa gerar seus próprios insumos. Alguns agricultores identificam a necessidade de que, se existissem mais pesquisas e investimentos nessa área com certeza seriam bem explorados, pois há uma necessidade de que se conheçam novas alternativas para otimizar e melhorar a produtividade destes.

Sobre isso aparece o fator um grande fator destacado mediante a necessidade de pesquisas que pudessem amparar esse modelo de produção, pois foi revelado a urgência bastante declarada entre os agricultores, de que se tenham pesquisas desenvolvidas sobre alternativas de produtos ecológicos para se lidar com os problemas que afetam as culturas, tais como, insetos, doenças, o próprio inço, que é o crescimento de vegetais não utilizados como recurso de venda, questões essas que na agricultura convencional são contornadas com a utilização de Herbicidas, fungicidas entre outros, todos eles venenos, dispensáveis à produção de base ecológica.

Uma questão destacada pelos agricultores sobre isso, é que no mercado encontram-se majoritariamente produtos químicos, e quase nada de produtos ecologicamente corretos, passíveis a esse tipo de produção. Esse fator se torna um empecilho principalmente porque afeta sobre a mão de obra que já é pouca e ainda é desviada para a produção desses insumos.

Essa parece uma questão que gera um grande entrave e muitas vezes até uma impossibilidade de se trabalhar com esse tipo de produção, que às vezes parece estar

na contramão, estando impossibilitada de progresso em alguns pontos. Parece que só com uma perspectiva de investimento maior no mercado dentro desse setor, essa questão pode ser avançada, ao passo que esse pequeno agricultor não consegue gerar uma demanda que derive na comercialização de insumos ecológicos.

Outras questões tratadas como desafiadoras, foram aquelas de ordem burocrática, como a dificuldade para se entrar em conformidade com a produção, onde que para a devida transição de uma agricultura tratada como convencional para a agroecológica, é necessário um período de 3 anos sem a utilização de produtos químicos ou aditivos, fato que dificulta a questão econômica das famílias, podendo essa questão ser, e realmente assim o é, como aponta o nosso agricultor chave, um fator decisivo para algumas famílias que não conseguem se encaixar nesse perfil e acabam abandonando a produção nesse período. Além disso, outro fator que incide sobre as famílias não conseguirem adequar-se a esse modelo é o de não compreender a chave de entendimento para essa especificidade de produção, como nos indica Costabebber (2008), por se tratar de um processo social, implica não somente a busca de maior racionalização produtiva com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também uma mudança sobre as atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos.

4.6 Perspectivas da produção agroecológica

Dentre as perspectivas assumidas pelos agricultores dentro desse segmento de produção, destaca-se o assunto da sucessão familiar, revelado e mencionada como já dito anteriormente, de maneira positiva, pensando num futuro dentro da produção. As famílias envolvidas na pesquisa atestam que essa atividade tem gerado benefícios econômicos favoráveis aos jovens, além disso revelam que, principalmente a partir desse fato, e baseados no que os jovens indicam em relação aos seus futuros, onde estes últimos indicam que sentem vontade de continuar e tocar as atividades já desenvolvidas, no caso a continuidade da produção agroecológica. Essa versão foi bem destacada pelos entrevistados, visto que entre as 09 famílias em que existem jovens, em pelo menos 6 delas essa indicação aparece bem determinada, visto que os jovens envolvidos indicam que pretendem continuar, bastante em função das possibilidades de empreendedorismo, que esse modelo de produção proporciona.

Muito se percebe dentro do universo estudado, premeditado pela maioria dos entrevistados, que a produção agroecológica tem pela frente um futuro excelente, quando que consideradas as ótimas perspectivas futuras dentro desse segmento de produção, muito em função da percepção sobre o crescimento do consumo, e pela previsão de aumento de mercado. O que parece motivar essa ideia de um futuro próspero é o bom retorno financeiro que essa especificidade de produção tem proporcionado. Aliás, é sobre uma visão de continuação futura desses retornos que alguns agricultores indicam também uma perspectiva de melhorias dentro das estruturas de suas propriedades.

No universo pesquisado essa visão de expansão estrutural é destacada e ambicionada por alguns destes agricultores, muito em função do progresso já conquistado quanto a essas questões, a partir da adoção desse modelo de produção. Quando se trata de uma perspectiva estrutural, cabe mencionar que motivados pelo investimento em tecnologias já desenvolvidas dentro das suas propriedades, como por exemplo, aquelas de adequação ao clima com utilização de estufas, bombas d'água, entre outros, os agricultores, os agricultores desenvolvem uma noção de progresso técnico cada vez mais acentuada no futuro. Dentro dessa perspectiva, aparece essa visão de expansão do negócio, como a criação de agroindústrias dentro das propriedades. Dentre os estudados, mediante os anos a que se destinam a esse tipo de produção, 02 famílias inclusive, puderam estruturar algum segmento agroindustrial dentro das suas propriedades, criando a sua própria 'marca'. Os entrevistados também destacaram que com o crescimento destacado desse modelo de produção existe a perspectiva de melhorias progressivas quanto a adoção de novas técnicas no que tange a otimização da produção.

Além dessas questões positivas destacadas pela grande maioria dos entrevistados, algumas visões de ordem política chamam a atenção entre os entrevistados, assunto revelado através de algumas perspectivas negativas que aparecem dentre os entrevistados, quanto as incertezas sobre a atual administração de governo eleita no nosso país, que em suas premissas, quando que destaca uma visão sobre a agricultura, induz a uma preocupação revista pelos entrevistados, pois dentro das premissas referenciadas, inclusive já reveladas pelo novo governo, estão uma maior flexibilização quanto a utilização de agrotóxicos e uma maior referência ao agronegócio exportador, fatores que incidem diretamente sobre as premissas revisadas pelo modelo de produção agroecológica. Essa visão preocupa quem se

interessa por esse segmento de produção, porque dentro da produção agroecológica há um total banimento desses venenos, além disso, o aumento da utilização de agrotóxicos sobre outras produções que se utilizem de venenos, podem ainda afetar todo o conjunto de sistemas ecológicos mais diretamente quando utilizadas já em maior número sobre as propriedades vizinhas.

Muito embora essa versão sobre as incertezas políticas tenha sido bastante destacada entre os entrevistados, e realmente seja um fator de preocupação passível, há que se destacar que talvez essa preocupação expressada e destacada anteriormente não deva afetar tanto esses produtores, visto que estes possuem além de uma enorme autonomia individual, o amparo das instituições que atuam sobre essa atividade, que revelam além de atribuições técnicas, um forte sentido sobre as questões ideológicas que discorrem sobre a Agroecologia. Também se espera, inclusive indicado por alguns entrevistados, que mais pessoas possam estar aderindo ao chamado consumo consciente, ao passo que as preocupações sobre as questões ambientais aparecem cada vez mais vigentes e também difundidas dentro do universo dos meios de comunicação.

Assim, sobre algumas perspectivas futuras quanto à esse segmento de produção dentro da visão destes agricultores, aparecem à expectativa de melhorias significantes dentro desse segmento de produção, destacadas através da percepção sobre o aumento do consumo, sobre a pretensão de melhorias quanto a questão do patrimônio dessas famílias, destaca-se também ótimas perspectivas de sucessão familiar. Ainda, meio que de forma idealizada permeiam algumas incertezas políticas que podem afetar esse tipo de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho partiu do objetivo de compreender a dinâmica e a lógica de organização da produção e da comercialização agroecológica, sob o intuito de estabelecer correlações entre a prática evidenciada dos seus sujeitos e as suas perspectivas de produção, escolhendo como objeto de pesquisa os agricultores e suas famílias pertencentes à Feira da ARPASUL. Nesse grupo, a Agroecologia representa a esperança de, além de tirar da terra o sustento necessário para a família possibilitando a permanência no campo, com uma valorização e participação do agricultor, quanto ao seu posicionamento político perante a sociedade em geral.

As Feiras Agroecológicas de Pelotas e mais recentemente de Canguçu, possibilitam um incremento significativo na renda das famílias envolvidas, já que elimina a figura do atravessador, além de ser um espaço de divulgação e reflexão sobre esse modelo de produção, que se destaca sob um menor desperdício energético dentro do segmento da agricultura, ao se comparar com outros modelos.

No trabalho realizado foi possível visualizar um cenário nacional quanto a essa perspectiva de produção, quando explicitadas as futuras prerrogativas do Estado desenvolvidas através do PLANAPO 2016-2019, além de destacar a constituição histórica no país quanto essa concepção de produção, mesmo que pouco desenvolvido esse plano vem sendo utilizado como sentido a ser seguido e vem sendo utilizado por algumas experiências regionais.

Atentou-se também dentro desse espectro a uma análise recorrente ao embasamento teórico existente sobre a profundidade do conceito e das atribuições relevantes a prática da Agroecologia, desde a sua atribuição prática de trabalho até a questão sobre a visão de mundo. Para aqueles envolvidos diretamente na produção tem sido uma possibilidade para expansão de seus lucros e autonomia econômica vinculada aos novos e crescentes preceitos revelados pela sociedade pós-moderna, cada vez mais preocupada com a saúde e qualidade de vida.

Sobre algumas dessas questões pudemos desenvolver uma noção sobre a importância dessas estratégias desenvolvidas no território, bem como sobre os espaços criados para essa manutenção e revelando a possibilidade de reprodução e recriação sobre estes.

O município de Pelotas prova também ser uma importante centralidade econômica no que tange a consolidação desses processos, por possuir o contingente

possível e necessário para o avanço dessa perspectiva, destacando o alto potencial de mercado existente, provando também que as projeções iniciais dos agricultores envolvidos com essa inserção no município e região se mostraram efetivas, demonstrando o caráter visionário sobre as expectativas iniciais.

Vimos que, mais do que produtores agrícolas e comerciantes, existe toda uma particularidade de sujeitos envolvidos no universo familiar dos entrevistados, onde pudemos perceber que há progresso referente as expectativas futuras dessas famílias, reveladas pela permanência dos filhos e melhor equidade nas atividades desenvolvidas entre homens e mulheres, o que se revela como fundamental, além das perspectivas de melhorias estruturais e futuro bastante promissor dentro da Agroecologia. Mesmo assim algumas questões merecem um olhar atento quanto as perspectivas futuras sobre esse segmento, é o caso da baixa taxa de natalidade, que aparece bem aquém daquela perspectiva clássica do rural, o que revela um sentido peculiar de preocupação.

Uma questão que merece destaque, refere-se ao produtor agroecológico que tem buscado tecnificar-se, visto que a atividade de comercialização demanda outros processos além da versão clássica do agricultor familiar. Além da cadeia de produção, a comercialização envolve uma organização entre grupos secundários, visando uma completude na apresentação dos produtos, existe como uma divisão sobre a função do transporte, e sobre as diversas etapas.

Vimos também que a configuração clássica da Agricultura Familiar vem se remodelando, ao passo que se percebe que essa parcela de agricultores se modernizou e está em constante adaptação e evolução de técnicas, em prol de uma otimização com relação a produção e comercialização. Essas famílias, responsáveis historicamente por produzir alimentos, hoje assume o status de gerenciamento, agora produz, transporta, comercializa, articula suas estratégias, sendo agentes capazes de projetar seus próprios futuros. No conceito de modernização reiteramos os aspectos culturais que são trocados mutuamente pela relação entre os feirantes e os consumidores, quando se observa uma adaptação as necessidades dos consumidores pelos comerciantes, o que leva estes a criarem artifícios para as conformidades exigidas, como cestas de produtos, entre outras. Além disso como já enfatizamos destaca-se o papel das mulheres dentro desse segmento, que além de possuírem uma igual participação equitativa dentro dos processos, demonstraram a sua presença como fundamental dentro do processo de organização na

comercialização, atuando em maioria, dentro da gestão e apresentação dos produtos sobre as conformidades necessárias.

Outra questão que aparece é uma atribuição estética dada aos produtos, onde a associação tem um papel fundamental na discussão sobre essas conformidades, onde destaca-se a participação dos associados nas decisões.

Alertamos também para os desafios e perspectivas que aparecem nas visões desses agricultores sobre o futuro, destacando o universo desses entrevistados, onde os mesmos evidenciaram os percalços referentes a dificuldade sobre o processo de transição agroecológica, produção de insumos e dificuldade de encontrar produtos ecológicos no mercado.

Com relação ao universo da associação é possível afirmar que de forma conjunta, tem proporcionado o alcance de bons resultados em sua atuação no município de Pelotas e mais recentemente em Canguçu. Alguns dos resultados concretos foram: ajudar a remunerar melhor o associado; manter o produtor rural no campo; representar e defender os interesses dos associados e participação junto a instituições públicas e privadas; estimular a melhoria técnica do associado (ainda que haja ajustes a serem feitos nesse sentido), afastando a ação de intermediários, e promovendo a articulação de atores sociais importantes para o desenvolvimento dos associados e indiretamente das próprias comunidades envolvidas. Portanto ela cumpre, com êxito, o que deve ser o objetivo de uma associação, que é representar e defender os interesses dos associados, estimular a melhoria técnica, profissional e social dos mesmos, com compromisso social e econômico, ainda socialmente e culturalmente. A Associação promove uma maior equidade social, através da participação (que precisa ser intensificada) dos cidadãos e cidadãs nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores, a cultura do território e o respeito pela diversidade.

Os produtores agroecológicos analisados na pesquisa mostraram que são capazes de produzir alimentos levando em conta a dinâmica dos seus agrossistemas e dentro de suas possibilidades e realidade, também percebem e questionam a desigualdade socioambiental. Sabedores da afronta que muitas vezes acabam sofrendo, por exemplo pela referência dada pelo Estado ao Agronegócio, não hesitam discutir sobre as preocupações referentes ao futuro político do país.

De certa forma estes agricultores se encontram bem organizados, sendo sujeitos ativos e decisivos em praticamente todos os seus processos, pois

percebemos que mesmo existindo diferentes políticas de Estado, essas são minimamente desenvolvidas pelos agricultores, ou quase que não influenciam sobre praticamente nenhum dos seus processos desde a produção até a comercialização.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, R; CAMARANO, A. A.; **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. **Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências**. Revista. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 6, p. 67-80, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/22129/14493>. Acesso em 20 Set. 2018.

ARANDIA, A. K. **Modernização da agricultura: reflexos sobre o emprego rural no Rio Grande do Sul, 1970-1980**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 1-25, 1987. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1140/1477> Acesso em 10 Jan. 2019.

BEGNIS, H. S. M.; ZERBIELLI, J. **Aspectos institucionais e organizacionais da agroindústria de doces de pêssego de Pelotas-RS**. Revista de Economia e Agronegócio, vol.2, nº 1. 2004. p. 115-134. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/ojs/rea/article/view/7354> Acesso em 21 Fev. 2018.

BIANCHINI, V; MEDAETS, J. P. **Da revolução verde à agroecologia: Plano Brasil Agroecológico**. Brasília: MDA, 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/15584957-Da-revolucao-verde-a-agroecologia-plano-brasil-agroecologico-1-desenvolvimento-sustentavel-e-a-agricultura-de-base-ecologica.html> Acesso em 20 mai. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm Acesso em: 3 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa no 54, de 22 de outubro de 2008**. Regulamenta a Estrutura, Composição e Atribuições das Comissões da Produção Orgânica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de outubro de 2008a, Seção 1, p. 36. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/arquivos/INSTRUONORMATIVAN55DE18DENOVEMBRODE2009.pdf> Acesso em 22 Fev. 2019.

BRASIL. Brasil agroecológico: **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019**. Online. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PLANAPO_2016_2019.pdf>. Acesso em: 27 out. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo. s.d. Disponível em: Acesso em: 27 out. 2018.

BRUMER, A.; ROSAS, E. N.L; WEISHEIMER, N. **Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar**. Trabalho apresentado no XI Congresso Internacional da International Rural Sociological Association (IRSA), realizado no Rio de Janeiro, de 30 de julho a 5 de agosto de 2000. 30p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/83165/000300480.pdf?sequence=1> Acesso em 20 Jan. 2017.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, 1998. 517p. Tese de Doutorado Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Dou_Francisco_Caporal.pdf Acesso em: 15 Jan. 2017.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. In: CONTI, I. L.; PIES, M.; CECCONELLO, R. (Org.) Agricultura familiar – caminhos e transições. Passo Fundo: IFIBE, 2006, p. 174-208. Disponível em: <http://biblioteca.emater.tche.br:8080/pergamumweb/vinculos/000005/000005f5.pdf> Acesso em: 10 Mai. 2017.

CAPORAL, F.R.; PETERSEN, P. **Agroecologia e Políticas Públicas na América Latina: o caso do Brasil**. Revista Agroecologia, Vol. 6: 63-74, 2012. Disponível em: <http://mstemdados.org/sites/default/files/Agroecologia%20e%20politic%20publicas%20na%20America%20Latina,%20o%20caso%20do%20Brasil%20-%20Francisco%20Caporal,%20Paulo%20Petersen.pdf> Acesso em: 08 Abr. 2017.

CASADO, G. G. I.; MOLINA, M. G. de; GUZMAN, E. S. (coord.). **Agroecologia y desarrollo rural sostenible**. In: Introduccion a la agroecologia como desarrollo rural sostenible. Ediciones MundiPrensa. 2000.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. **Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n.95, maio-ago 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452015000200143&lng=pt&tlng=pt . Acesso em: 22 Mai. 2016.

COLLISCHONN, E. MATTOS, G. P. **Classificação de ambientes termicamente homogêneos para estudos de clima na camada do dossel urbano – Metodologia e aplicação à cidade de Pelotas/RS**. Biblioteca Digital de Periódicos UFPR. V. 9. UFPR, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Princípios e diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: Gráfica e Editora Positiva; 2004.

COSTA, J. B. **Processos participativos na construção da agroecologia – estudo de caso da ARPASUL**. Pelotas/UFPel. Dissertação (mestrado em Produção Vegetal) - Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006. 102p. Disponível em: <https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=pc&id=1016618&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22COSTA,%20J.B.%22&qFacets=autoria:%22COSTA,%20J.B.%22&sort=&pagina=1&paginaAtual=1> Acesso em: 20 Set, 2017.

DELGADO, G. C. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**. Estudos Avançados. São Paulo: USP, v.15 (43), 2001. p. 157-172. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300013 Acesso em: 08 Mar. 2018.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: Origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

FEIDEN, A. **Agroecologia: introdução e conceitos**. In: AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares. **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/AgrobCap2ID-upGSXszUrp.pdf> Acesso em: 15 Jun. 2017.

FINATTO, R. A. **As Transformações no espaço rural e a emergência da agricultura familiar de base agroecológica - Pelotas/RS**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93569> Acesso em 15 Mai. 2018.

FINATTO, R. A.; CORRÊA, W. K. **Desafios e perspectivas para a comercialização de produtos de base agroecológica – o caso do município de Pelotas/RS**. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Porto Alegre, Vol. 5 n. 1 p. 95-105, 2010. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9669> Acesso em 12 Nov. 2016.

FOCHEZATTO, A; GHINIS, C. P. **Estrutura produtiva agropecuária e desempenho econômico regional: o caso do Rio Grande do Sul, 1996-2008**. *Rev. Econ. Sociol. Rural*. 2012, vol.50, n.4, pp.743-762. Online. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032012000400009>. Acesso em: 20 Dez. 2018.

GARCIA, D. C.; SANTOS, L. A. **Análise-diagnóstico da agricultura de Pelotas**. 2005. In: NETO, B. S.; BASSO, D. (Org.) **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul – análise e recomendação de políticas públicas**. 2^a Ed. Unijuí, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLIESSMANN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

GODOY, W. I. **Feiras livres: valorização de um sistema local de comercialização**. Tese (Área de Concentração: Produção Vegetal) Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Faculdade Eliseu Maciel. UFPEL: Pelotas, 2005. 284 p. Online. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/GODOY-Feiras-Livres-2005.pdf> Acesso: 30 Jul. 2007.

GOMES, J. C. C. ; BORBA, M. F. S. **Limites e possibilidades da Agroecologia como base para sociedades sustentáveis**. Ciência e Ambiente, Santa Maria, v. 29, 2004. Online. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/317058845/Limites-e-Possibilidades-da-Agroecologia-pdf>. Acesso em: 20 Fev. 2018.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRANDO, M. Z. **Um retrato da agricultura familiar gaúcha**. Textos para Discussão FEE N° 98. Porto Alegre: FEE, 2010 Online. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140324098.pdf>. Acesso em: 20 Dez. 2018.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar - MDA/PRONAF (Lei nº 11.326 de 24/07/2006)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Online, Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/dados-sobre-agricultura-familiar-mda-pronaf> Acesso em: 17 abr. 2018.

LACERDA, A. C. de. Et al. **Economia brasileira**. Saraiva, São Paulo, 2000.

LAMINE, C. **Changer de système: une analyse des transitions vers l'agriculture biologique à l'échelle des systèmes agri-alimentaires territoriaux. Terrains et Travaux**, n. 20, p. 139-156, 2012. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-terrains-et-travaux-2012-1-page-139.htm#> Acesso em: 20 Set. 2018.

LISBOA, T. K. **Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência**. Revista Estudos Feministas, N°. 15 Vol. 3. Setembro-dezembro/CFH-CCE, UFSC, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000300017> Acesso em 22 Jan. 2019.

MANSAN, P. R. A. **A Construção Identitária da Juventude nos Movimentos Sociais da Via Campesina Brasil**. Revista Entrelaçando Nº 10. Ano V. Campina Grande, EDUUFPG, 2008. Disponível em:

<https://www2.ufrb.edu.br/revistaentrelacando/component/phocadownload/category/249-artigos?download=261:7-juventude-da-via-campesina-da-invisibilidade-a-construcao-da-rede-gpr-gilmar-dos-santos-andrade-paulo-rogerio-a-mansan-e-gabriel-troilo-p-105-120>. Acesso em 22 Jan. 2018.

MARMILICZ, S, T, J. **A Soja como Estratégia de Reprodução Socioeconômica: o Caso dos Agricultores Familiares de Guarani das Missões – RS**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de PósGraduação em Geografia e Geociências Universidade Federal De Santa Maria-UFSM, Santa Maria, RS, Brasil. 2013.

Disponível em:

http://w3.ufsm.br/ppggeo/images/dissertacoes/DISSERTAO%20SIMONI_T_J_%20MARMILICZ.pdf Acesso em 20 Nov. 2018.

MARTINS, R C. **Modernização e relações de trabalho na**

agricultura brasileira. Revista São Paulo Agrária, São Paulo, Nº 4, pp. 165-184, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/125> Acesso em 22 Jan. 2018.

MOURA, I. F. **Agroecologia na agenda governamental brasileira: trajetórias no período 2003-2014**. Tese apresentada ao programa de Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária. Rio de Janeiro, UFRRJ, 2016. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3958108 Acesso em: Jan. 2019.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 5ª Ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1990.

PEDROSO, M. T. **Agricultura Alternativa: Quem é seu herdeiro? Hortaliças em Revista, Brasília**, DF, Ano 3, n. 11, p. 10-11, mar./abr. 2014. Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/993293/1/HR1011.pdf> Acesso em 01 Mar. 2019.

PINHEIRO, P. S. **Agricultura de base ecológica e sustentabilidade entrevista com Nilo Schiavon – Norus – Rumos Sociológicos v. 3, n. 4 jul - dez 2015**.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/6910> Acesso em: 20 Jan. 2018.

SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F. de; MATTOS, L. M. de; AVILA, M. L. de; SPINOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. (Org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil : uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Online. Disponível em <

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/144174_politica_nacional_agroecologia_cap01.pdf> Acesso em 12 Fev. 2019.

SAMINÉZ, T. C. O.; DIAS, R. P.; NOBRE, F. G. A.; MATTAR, R. G. H.;

GONÇALVES, J. R. A. **Legislação e os mecanismos de controle e informação da**

qualidade orgânica no Brasil. Brasília: Embrapa, 2008. (Circular Técnica, 66). 8p. Disponível em:

<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22NOBRE,%20F.%20G.%20A.%22> Acesso em 22 Jun. 2017.

SALAMONI, G. **Produção familiar integrada ao CAI brasileiro – A produção de pêssego no município de Pelotas/RS.** (Dissertação de mestrado) UNESP/Rio Claro, 1993. 290p

SEVILLA GUZMÁN, E.; WOODGATE, G. **Desarrollo rural sostenible: de la agricultura industrial a la Agroecología.** In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. (coords.). Sociología del medio ambiente: una perspectiva internacional. Madrid: Mc Graw Hill, 2002. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=REPIDISCA&lang=p&nextAction=Ink&exprSearch=27532&indexSearch=ID> Acesso em: Jan. 2019.

SEVILLA GUZMÁN E. **De la Sociología Rural a la Agroecología.** Barcelona: Icaria. 2006. 251 p.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar.** In. SCHNEIDER, S.; SILVA, M. k.; MARQUES, P. E. M. (Org.) **Políticas públicas e Participação Social no Brasil Rural.** Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2004, p. 21-49. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/06O365.pdf> Acesso em 22 Jun. 2018.

TORRES, L. H. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63).** *Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação.* Vol. 16. FURG, 2004. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/421> Acesso em Mar. 2019.

WANDERLEY, M. N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidade e perspectivas.** 3.ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p. 21-55. Disponível em: <https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=957756&biblioteca=CPATSA&busca=autoria:%22.%22&qFacets=autoria:%22.%22&sort=&paginaAtual=92> Acesso em 20 Dez. 2018.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

APENDICE A - Roteiro para entrevista – Agricultores ARPASUL

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEO**

ROTEIRO PARA ENTREVISTA – Agricultores

**PESQUISA DE MESTRADO – ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO DE BASE AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE
PELOTAS/RS**

PESQUISADOR – Mateus Silva da Rosa

ORIENTAÇÃO – Profa. Dra. Jussara Mantelli - FURG

1. DADOS GERAIS: Nome, idade, quantos membros na família.

2. EXPERIÊNCIA COM A AGROECOLOGIA

2.1 Quanto a propriedade: Se é própria ou não, Tamanho da propriedade. Existe mão de obra contratada ou é só a familiar?

2.2 Quanto a produção: O que planta e o que comercializa nas feiras ou outro lugar. Há quantos anos está na produção agroecológica. Está satisfeito de produzir assim? Como se deu a inserção nesta produção?

2.3 Sobre a ARPASUL: Há quanto tempo é associado?

2.4 Através da associação tens acesso a serviços sociais.

2.5 Na sua propriedade recebes algum tipo de assistência técnica?

2.6 Principais desafios encontrados na produção agroecológica.

2.7 Quais as perspectivas futuras quanto à proposta agroecológica

2.8 Fontes de renda para além da produção e comercialização nas feiras?

2.9 Algumas considerações sobre o perfil dos consumidores.

APÊNDICE B - Roteiro para entrevista – Presidente da associação ARPASUL

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEO**

ROTEIRO PARA ENTREVISTA – Presidente da associação

**PESQUISA DE MESTRADO – ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO DE BASE AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE
PELOTAS/RS**

PESQUISADOR – Mateus Silva da Rosa

ORIENTAÇÃO – Profa. Dra. Jussara Mantelli

QUANTO A ASSOCIAÇÃO

1. Nome da associação.
2. Data de fundação. Finalidade da instituição.
3. Municípios de atuação.
4. Quantidade de participantes no início e atualmente.
5. Número de sócios-fundadores que ainda atuam na instituição.
6. A Associação estimula a entrada de novos associados?
7. Serviços e assistência oferecidos aos produtores?
8. Como ocorre a comercialização dos produtos?
9. Os produtos possuem selo de comercialização?
10. O que motivou a escolha pela agroecologia na instituição? Ocorreu desde o início de sua formação?
11. Desafios e possibilidades encontradas.